RENÉ GUÉNON

AUTORIDADE ESPIRITUAL

E

POTÊNCIA TEMPORAL

Edição de 1947

v1.0

Esta edição digital é uma nova tradução da edição de 1947 do livro *Autorité spirituelle et pouvoir temporel* publicado em francês, sem qualquer modificação ou adição, exceto para a numeração contínua das notas de rodapé. A edição original data de 1929.

Apesar do cuidado com esta tradução, ela é imperfeita, mas sua licença permite que ela seja melhorada por você. A edição em francês é a referência para o significado a dar a cada frase. O nosso objectivo é traduzir as obras de Guénon para línguas onde, tanto quanto sabemos, nunca foram traduzidas.

René Guénon morreu em 7 de janeiro de 1951. Dependendo do país, os direitos autorais podem ser exercidos de 50 anos (Canadá) a 100 anos (México) após a morte do autor. Esta edição foi inicialmente criada e distribuída aos leitores no Canadá.

Os leitores desta edição são convidados a cumprir a legislação de direitos autorais em vigor em seu país.

O autor desta edição digital é identificado pelo uso de:
6531AD177CA0B8D87C9397F5B0F37EF2A434B0819F
E58EC1745F7C39E674A25E
Esta impressão SHA-256 é o nome do autor.

PREÂMBULO

Não estamos habituados, no nosso trabalho, a referir-nos à actualidade imediata, porque o que temos constantemente em mente são os princípios, que são, poderíamos dizer, de uma actualidade permanente, porque estão fora do tempo; e, mesmo que vamos para além do domínio da metafísica pura para considerar certas aplicações, fazemo-lo sempre de tal forma que estas aplicações mantêm um âmbito muito geral. Isto é o que faremos novamente aqui; e, no entanto, devemos concordar que as considerações que apresentaremos neste estudo são também de particular interesse neste momento, devido às recentes discussões sobre a questão da relação entre religião e política, que é apenas uma forma especial assumida, sob certas condições específicas, pela relação entre o espiritual e o temporal. Isso é verdade, mas seria um erro acreditar que essas considerações foram mais ou menos inspiradas pelos incidentes a que nos referimos, ou que pretendemos vinculá-las diretamente a elas, porque isso seria uma ênfase muito exagerada em coisas que são puramente episódicas na natureza e que não podem influenciar concepções cuja natureza e origem são, na realidade, de um tipo completamente diferente. Como sempre tentamos dissipar antecipadamente todos os mal-entendidos que podemos prever, gostaríamos de evitar acima de tudo, tão clara e explicitamente quanto possível, esta interpretação errada que algumas pessoas poderiam dar ao nosso pensamento, seja por paixão política ou religiosa, seja em virtude de algumas ideias preconcebidas, ou mesmo por simples mal-entendidos do ponto de vista em que somos colocados. Tudo o que diremos aqui, teríamos dito também, e exatamente da mesma maneira, se os fatos que hoje chamam a atenção para a questão do espiritual e do temporal não tivessem ocorrido; as circunstâncias atuais só nos mostraram, mais claramente do que nunca, que é necessário e oportuno dizê-lo; eles foram, por assim dizer, a ocasião que nos levou a expor certas verdades agora em preferência a muitas outras que nos propomos a formular também se o tempo não falta, mas que não parecem ser tão imediatamente aplicáveis; e tem sido limitado a todo o seu papel no que nos diz respeito.

O que mais nos impressionou nas discussões em questão foi que nenhuma das partes parecia preocupar-se, antes de mais, em localizar as questões no seu terreno real, distinguindo precisamente entre o essencial e o acidental, entre os princípios necessários e as circunstâncias contingentes; e, para ser honesto, isto não nos surpreendeu porque vimos apenas mais um exemplo, depois de muitos outros, da confusão que hoje reina em todos os campos, e que consideramos eminentemente

característica do mundo moderno, pelas razões que explicamos em livros anteriores[1]. No entanto, não podemos deixar de deplorar o fato de que esta confusão afeta até mesmo os representantes da autêntica autoridade espiritual, que assim parecem perder de vista o que deveria ser a sua verdadeira força, queremos dizer a transcendência da doutrina em cujo nome estão qualificados para falar. Acima de tudo, deveria ter sido feita uma distinção entre a questão de princípio e a questão da oportunidade: no primeiro, não há necessidade de discutir, porque se trata de coisas que pertencem a um campo que não pode ser submetido aos processos de discussão essencialmente "laicos"; e, no segundo, que, além disso, é apenas de natureza política e, por assim dizer, diplomática, é em todo o caso muito secundário, e mesmo, em rigor, não deve contar para a questão de princípio; Por conseguinte, teria sido preferível não dar ao adversário a oportunidade de o levantar, quanto mais não seja nas aparências; acrescentaríamos que, pela nossa parte, não nos interessa de todo.

Pretendemos, pois, pela nossa parte, colocar-nos exclusivamente no campo dos princípios; é isto que nos permite ficar completamente fora de qualquer discussão, de qualquer polémica, de qualquer discussão escolar ou partidária, de tudo aquilo em que não queremos estar envolvidos, directa ou indirectamente, em qualquer qualidade ou em qualquer grau. Sendo absolutamente independentes de tudo o que não é verdade pura e abnegada, e determinados a continuar a sê-lo, propomo-nos simplesmente a dizer as coisas como elas são, sem a menor preocupação de agradar ou desagradar a ninguém; não temos nada a esperar de nenhum de nós, nem sequer contamos com aqueles que poderiam tirar partido das ideias que formulamos para si próprios de alguma forma, e, além disso, isso é muito importante para nós. Advertimos uma vez mais que não estamos dispostos a ficar presos a nenhum dos quadros comuns e que seria absolutamente inútil tentar aplicar qualquer tipo de rótulo a nós próprios, porque entre os que existem no mundo ocidental, não há nenhum que realmente nos agrade; algumas insinuações, vindas ao mesmo tempo dos lados mais opostos, mostraram-nos recentemente que é bom renovar esta declaração, para que as pessoas de boa fé saibam o que esperar e não sejam induzidas a atribuir-nos intenções incompatíveis com a nossa verdadeira atitude e com o nosso ponto de vista puramente doutrinal.

É devido à própria natureza desta visão, livre de todas as contingências, que podemos encarar os factos actuais com total imparcialidade, como se fossem acontecimentos de um passado distante, como aqueles que serão aqui discutidos, em particular quando viermos a citar exemplos históricos para informar a nossa apresentação. Deve-se entender, naturalmente, que lhe damos, como dissemos no início, um alcance muito geral, indo além de todas as formas particulares que o poder temporal e até mesmo a autoridade espiritual podem assumir, dependendo do tempo e do lugar; e deve ser especificado, em particular, sem mais demora, que este último, para nós, não tem necessariamente forma religiosa, contrariamente ao que comumente imaginamos no Ocidente. Basta que essa aplicação, para ser legítima e válida, seja feita num Espírito verdadeiramente conforme aos princípios de que tudo depende, um Espírito que é o que chamamos o Espírito tradicional no verdadeiro

[1] *Oriente e Ocidente* e a *Crise do Mundo Moderno*

sentido da palavra, e do qual, infelizmente, todas as tendências especificamente modernas são a antítese ou a negação.

É precisamente um dos aspectos do desvio moderno que teremos ainda de considerar e, a este respeito, este estudo irá complementar o que já tivemos oportunidade de explicar na literatura a que nos referimos anteriormente. Veremos que, nesta questão da relação entre o espiritual e o temporal, os erros que se desenvolveram nos últimos séculos estão longe de ser novos; mas pelo menos as suas manifestações anteriores nunca tiveram grande impacto, ao passo que hoje esses mesmos erros se tornaram de alguma forma inerentes à mentalidade comum, que são parte integrante de um estado de espírito que está se tornando cada vez mais difundido. Este é o aspecto mais grave e preocupante da situação, e se não houver uma recuperação em breve, é de esperar que o mundo moderno seja arrastado para uma espécie de catástrofe, para a qual parece mesmo estar a avançar a uma velocidade cada vez maior. Tendo exposto noutro lugar as considerações que podem justificar esta afirmação[2], não insistiremos mais sobre ela, e acrescentaremos apenas o seguinte: se ainda existe, nas actuais circunstâncias, alguma esperança de salvação para o mundo ocidental, parece que esta esperança deve residir, pelo menos em parte, na manutenção da única autoridade tradicional que lá permanece; mas é necessário que isso exija que esta autoridade tenha plena consciência de si mesma, para que possa fornecer uma base eficaz para os esforços que, de outra forma, poderiam permanecer dispersos e descoordenados. Este, pelo menos, é um dos meios mais imediatos que podem ser levados em consideração para a restauração do espírito tradicional; há provavelmente outros, se este faltar; mas, como esta restauração, que é o único remédio para a desordem atual, é o objetivo essencial que constantemente temos em mente assim que, deixando a metafísica pura, passamos a considerar contingências, é fácil entender que não negligenciamos nenhuma das possibilidades que estão disponíveis para alcançá-la, ainda que essas possibilidades pareçam ter pouca chance de serem realizadas no momento. É nisto, e só nisto, que consistem as nossas verdadeiras intenções; todas as que nos poderiam ser atribuídas, à parte estas, são perfeitamente inexistentes; e, se alguns chegam a afirmar que as reflexões que se seguem foram inspiradas por influências externas de qualquer tipo, nós as opomos antecipadamente com a mais formal negação.

Dito isto, porque sabemos por experiência própria que tais precauções não são desnecessárias, cremos que podemos, posteriormente, dispensar qualquer referência directa a acontecimentos actuais, a fim de tornar ainda mais sensível e indiscutível a natureza estritamente doutrinal que desejamos preservar em todo o nosso trabalho. Não há dúvida de que as paixões políticas ou religiosas não beneficiarão com isso, mas isso é algo que só teremos de saudar, porque não se trata, de modo algum, para nós, de fornecer um novo alimento para discussões que parecem muito vãs, ou mesmo bastante miseráveis, mas, pelo contrário, de recordar os princípios cujo esquecimento é, no fundo, a única causa real de todas estas discussões. É, repito, a nossa própria independência que nos permite fazer esta clarificação com toda a imparcialidade, sem concessões ou compromissos de qualquer tipo; e, ao mesmo tempo, proíbe-nos de qualquer papel diferente daquele que acabamos de definir,

---

[2] *A crise do mundo moderno*

porque só pode ser mantido se permanecermos sempre no domínio puramente intelectual, que é, aliás, o domínio dos princípios essenciais e imutáveis, ou seja, aquele de que tudo o resto deriva mais ou menos directamente, e pelo qual deve necessariamente começar a recuperação de que acabámos de falar: Além da conexão com os princípios, somente resultados externos, instáveis e ilusórios podem ser obtidos; mas isto, de fato, não é nada além de uma das formas da própria afirmação da supremacia do espiritual sobre o temporal, que será precisamente o tema deste estudo.

CAPÍTULO UM

Autoridade e hierarquia

Em épocas muito diferentes da história, e mesmo indo muito além do que é conhecido como tempo histórico, na medida em que podemos fazê-lo com a evidência concordante fornecida pelas tradições orais ou escritas de todos os povos[3], encontramos evidências de oposição frequente entre os representantes de dois poderes, um espiritual e outro temporal, quaisquer que sejam as formas especiais que cada um desses dois poderes tenha tomado para se adaptar à diversidade de circunstâncias, de acordo com o tempo e o país. Isso não quer dizer, porém, que essa oposição e as lutas que ela gera sejam "tão velhas quanto o mundo", segundo uma expressão muitas vezes abusada; isso seria um manifesto exagero, porque, para que elas aconteçam, foi necessário, segundo os ensinamentos de todas as tradições, que a humanidade já tenha chegado a uma fase bem distante da pura espiritualidade primordial. Além disso, no início, os dois poderes em questão não devem ter existido sob a forma de funções separadas, exercidas respectivamente por indivíduos diferentes; pelo contrário, deviam estar contidos no princípio comum de que ambos derivam e do qual representavam apenas dois aspectos indivisíveis, indissoluvelmente ligados na unidade de uma síntese tanto superior como anterior à sua distinção. Isso é expresso em particular na doutrina hindu quando ensina que, em primeiro lugar, havia apenas uma casta; o nome *Hamsa, que* é dado a essa casta primitiva única, indica um grau espiritual muito alto, agora bastante excepcional, mas que era então comum a todos os homens e que eles possuíam de certa forma espontaneamente[4]; e esse grau está além das quatro castas que foram constituídas

---

[3] Essas tradições eram sempre orais em primeiro lugar; às vezes, como nos Celtas, nunca foram escritas; sua concordância prova tanto sua comunidade de origem, assim o apego a uma tradição primordial, quanto a rigorosa fidelidade da transmissão oral, cuja manutenção é, neste caso, uma das principais funções da autoridade espiritual.

[4] A mesma indicação está também claramente formulada na tradição do Extremo Oriente, como mostra uma passagem de Lao-tseu: "Os antigos, mestres, possuíam Lógica, Clarividência e Intuição; essa Força Alma permaneceu inconsciente; essa Inconsciência de sua Força Interior restituiu majestade à sua aparência... Quem poderia, hoje, por sua majestosa clareza, esclarecer as trevas interiores? Quem poderia, hoje em dia, pela sua vida majestosa, reviver a morte interior? Eles carregavam o Caminho (*Tao*) na sua alma e eram Indivíduos Autónomos; como tal, viam as perfeições das suas fraquezas" (*Tao-te-king*, cap. XV, tradução Alexander Ular; cf. Tchoang-tseu, cap. VI, que é o comentário desta passagem). A "Inconsciência" aqui referida refere-se à espontaneidade deste estado, que não foi o resultado de

mais tarde, e entre as quais as várias funções sociais foram distribuídas.

O princípio da instituição das castas, tão completamente incompreendido pelos ocidentais, nada mais é do que a diferença na natureza que existe entre os indivíduos humanos, e que estabelece entre eles uma hierarquia cuja ignorância só pode levar à desordem e à confusão. É precisamente esta falta de conhecimento que está envolvida na teoria "igualitária" tão cara ao mundo moderno, uma teoria que é contrária a todos os fatos mais bem estabelecidos, e que até é contrariada pela simples observação atual, já que a igualdade não existe em nenhum lugar da realidade; mas não é aqui que devemos nos deter sobre este ponto, que já discutimos em outro lugar[5]. As palavras usadas para designar casta na Índia não significam nada mais do que "natureza individual"; com isso queremos dizer todos os personagens que são adicionados à natureza humana "específica" para diferenciar os indivíduos uns dos outros; e há que acrescentar imediatamente que a hereditariedade é apenas uma parte da determinação destas características, caso contrário todos os indivíduos da mesma família seriam exactamente iguais, de modo que a casta não é estritamente hereditária em princípio, embora possa ter-se tornado na realidade e na aplicação com tanta frequência. Além disso, como não pode haver dois indivíduos idênticos ou iguais em todos os aspectos, ainda há necessariamente diferenças entre os que pertencem à mesma casta; mas, assim como há mais caracteres comuns entre seres da mesma espécie do que entre seres de espécies diferentes, também há mais, dentro da espécie, entre indivíduos da mesma casta do que entre os de castas diferentes; Poder-se-ia dizer, portanto, que a distinção de castas constitui, na espécie humana, uma verdadeira classificação natural à qual deve corresponder a distribuição das funções sociais. Na verdade, cada homem, por sua própria natureza, é capaz de desempenhar tais funções definidas com a exclusão de tais outros; e, numa sociedade regularmente estabelecida em bases tradicionais, estas aptidões devem ser determinadas segundo regras precisas, de modo que, combinando os vários tipos de funções com as divisões maiores da classificação das "naturezas individuais", e com excepções devidas a erros de aplicação que são sempre possíveis, mas reduzidos ao mínimo, todos estejam no lugar que normalmente devem ocupar, e de modo que a ordem social reflicta com precisão as relações hierárquicas que resultam da própria natureza dos seres. Esta, em suma, é a razão fundamental da existência das castas; e é necessário conhecer pelo menos estas noções essenciais para compreender as alusões que inevitavelmente teremos que fazer mais tarde, seja à sua constituição tal como existe na Índia, seja a instituições similares encontradas em outros lugares, porque é óbvio que os mesmos princípios, embora com diferentes modalidades de aplicação, têm regido a organização de todas as civilizações de natureza verdadeiramente tradicional.

A distinção de castas, com a diferenciação das funções sociais a que

qualquer esforço na época; e a expressão "Indivíduos Autônomos" deve ser entendida no sentido da palavra sânscrita *swêchhâchâchârî*, isto é, "aquele que segue sua própria vontade" ou, de acordo com outra expressão equivalente encontrada no esoterismo islâmico, "aquele que é ele mesmo sua própria lei".

[5] *The Modern World Crisis*, cap. VI; por outro lado, sobre o princípio da instituição das castas, ver *Introdução Geral ao Estudo das Doutrinas Hindus*, Parte III, cap. VI.

corresponde, resulta em suma de uma ruptura da unidade primitiva; e é então que surgem também o poder espiritual e o poder temporal, como se separados um do outro, que constituem precisamente, no seu exercício distinto, as respectivas funções das duas primeiras castas, a dos Brâhmanes e a dos Kshatriyas. Além disso, entre estes dois poderes, como mais geralmente entre todas as funções sociais agora atribuídas a diferentes grupos de indivíduos, deve ter havido originalmente uma harmonia perfeita, onde a primeira unidade foi mantida tanto quanto as condições de existência da humanidade em sua nova fase permitiu, pois a harmonia é, em suma, apenas uma reflexão ou imagem da verdadeira unidade. Foi apenas numa outra fase que a distinção teve de ser transformada em oposição e rivalidade, que a harmonia teve de ser destruída e dar lugar à luta das duas potências, esperando que as funções inferiores, por sua vez, reivindicassem a supremacia, para eventualmente levar à mais completa confusão, negação e derrubada de qualquer hierarquia. A concepção geral que acabamos de delinear desta forma está em conformidade com a doutrina tradicional das quatro idades sucessivas em que se divide a história da humanidade terrestre, uma doutrina que não se encontra apenas na Índia, mas que também era conhecida na antiguidade ocidental, e especialmente na Grécia e na América Latina. Estas quatro idades são as diferentes fases pelas quais a humanidade se afasta do princípio, portanto da unidade e da espiritualidade primordial; são como os estágios de uma espécie de materialização progressiva, necessariamente inerentes ao desenvolvimento de qualquer ciclo de manifestação, como já explicamos em outro lugar[6].

É somente na última destas quatro idades que a tradição hinduísta chama o *Kali-Yuga* ou "idade escura", que corresponde ao tempo em que estamos agora, que a subversão da ordem normal poderia ter ocorrido e que, antes de tudo, o poder temporal poderia prevalecer sobre o espiritual; mas as primeiras manifestações da revolta de Kshatriyas contra a autoridade dos brâmanes podem, no entanto, recuar muito mais do que o início desta era[7], que em si é muito mais antiga do que qualquer coisa conhecida na história ordinária ou "profana". Esta oposição dos dois poderes, esta rivalidade dos seus respectivos representantes, esteve representada nos Celtas sob a figura da luta do javali e do urso, seguindo um simbolismo de origem hiperbórea, que está ligado a uma das mais antigas tradições da humanidade, se não mesmo a primeira de todas, à verdadeira tradição primordial; e este simbolismo poderia dar origem a amplos desenvolvimentos, que não se encontram aqui, mas que teremos talvez um dia a oportunidade de expor[8].

No que se segue, não pretendemos voltar às origens desta forma, e todos os nossos exemplos serão emprestados de tempos muito mais próximos de nós, mesmo

---

[6] *A Crise do Mundo Moderno,* ch. I

[7] Há uma indicação na história de Parashu-Râma, que se diz ter destruído os Kshatriyas rebeldes numa altura em que os antepassados dos hindus ainda viviam numa região do norte.

[8] Também se deve dizer que os dois símbolos do javali e do urso nem sempre parecem estar necessariamente em luta ou em oposição, mas que eles também podem, por vezes, representar os dois poderes espirituais e temporais, ou as duas castas dos druidas e dos cavaleiros, em suas relações normais e harmônicas, como visto em particular pela lenda de Merlin e Arthur, que, na verdade, são também o javali eo urso, como vamos explicar se as circunstâncias nos permitem desenvolver este simbolismo em outro estudo.

compreendidos apenas naquilo a que podemos chamar a última parte do *Kali-Yuga, a* parte que é acessível à história comum, e que começa exactamente no século VI aC. Era, no entanto, necessário dar estas noções sumárias sobre o conjunto da história tradicional, sem as quais o resto só seria compreendido muito imperfeitamente, porque só se pode realmente compreender qualquer época situando-a no lugar que ocupa no conjunto do qual é um dos elementos; assim, como tivemos de mostrar recentemente, as características particulares da era moderna só podem ser explicadas se a considerarmos como constituindo a fase final do *Kali-Yuga*. Sabemos bem que este ponto de vista sintético é totalmente contrário ao espírito de análise que preside ao desenvolvimento da ciência "profana", a única conhecida pela maioria dos nossos contemporâneos; mas é precisamente necessário afirmar isto ainda mais claramente porque é mais desconhecido e, além disso, é o único que pode ser adotado por todos aqueles que, como nós, pretendem seguir estritamente a linha da verdadeira ortodoxia tradicional, sem qualquer concessão a este espírito moderno que, nunca o podemos repetir com demasiada frequência, é um com o próprio espírito antitradicional.

Sem dúvida, a tendência atual é tratar como "lendários", ou mesmo "míticos", os fatos da história mais distante, como aqueles a que acabamos de aludir, ou mesmo alguns outros que, no entanto, são muito menos antigos, como alguns dos que poderão ser discutidos mais tarde, porque escapam aos meios de investigação disponíveis para os historiadores "profanos". Aqueles que pensam assim, em virtude dos hábitos adquiridos por uma educação que hoje é muitas vezes apenas uma deformação mental real, poderão, pelo menos, se tiverem conservado certas possibilidades de compreensão, tomar estes factos simplesmente pelo seu valor simbólico; sabemos, pela nossa parte, que este valor não retira nada da sua própria realidade como factos históricos, mas é de facto o mais importante, porque lhes dá um significado mais elevado, uma ordem muito mais profunda do que podem ter em si mesmos; e este é outro ponto que requer alguma explicação.

Tudo o que é, em qualquer modo que seja, participa necessariamente de princípios universais, e nada mais é do que a participação nesses princípios, que são as essências eternas e imutáveis contidas na atualidade permanente do Intelecto divino; conseqüentemente, pode-se dizer que todas as coisas, por mais contingentes que sejam em si mesmas, traduzem ou representam os princípios à sua própria maneira e de acordo com sua ordem de existência, pois, caso contrário, seriam apenas um nada puro. Assim, de uma ordem para outra, todas as coisas se sucedem e correspondem umas às outras para contribuir para a harmonia universal e total, pois a harmonia, como já indicamos acima, nada mais é que o reflexo da unidade principesca na multiplicidade do mundo manifestado; e é esta correspondência que é o verdadeiro fundamento do simbolismo. É por isso que as leis de um domínio inferior podem sempre ser tomadas para simbolizar as realidades de uma ordem superior, onde têm a sua razão profunda, que é tanto o seu princípio como o seu fim; e podemos apontar, nesta ocasião, o erro das modernas interpretações "naturalistas" das antigas doutrinas tradicionais, interpretações que simplesmente derrubam a hierarquia das relações entre as diferentes ordens de realidades. Por exemplo, para

considerar apenas uma das teorias mais difundidas atualmente, símbolos ou mitos nunca tiveram o papel de representar o movimento das estrelas, mas o que é verdade é que muitas vezes existem figuras inspiradas por ele e destinadas a expressar tudo o resto analogicamente, porque as leis desse movimento traduzem fisicamente os princípios metafísicos dos quais dependem; e é sobre isso que se baseou a verdadeira astrologia dos antigos. O inferior pode simbolizar o superior, mas o contrário é impossível; além disso, se o símbolo estivesse mais afastado da ordem sensível do que o que representa, em vez de estar mais próximo dela, como poderia cumprir a função a que se destina, que é a de tornar a verdade mais acessível ao homem, fornecendo um "suporte" à sua concepção? Por outro lado, é bastante óbvio que o uso do simbolismo astronômico, para tomar o mesmo exemplo, de modo algum impede que fenômenos astronômicos existam como tais e tenham, em sua própria ordem, toda a realidade da qual são suscetíveis; o mesmo se aplica aos fatos históricos, pois eles, como todos os outros, expressam em sua própria maneira as verdades superiores e cumprem a lei de correspondência que acabamos de mencionar. Esses fatos também existem como tais, mas ao mesmo tempo também são símbolos; e, a nosso ver, são muito mais dignos de interesse como símbolos do que como fatos; não pode ser de outra forma, pois pretendemos vincular tudo aos princípios, e é justamente aqui, como já explicamos, que reside a[9] principal diferença entre "ciência sagrada" e "ciência profana". Insistimos um pouco nisto para que não surja qualquer confusão a este respeito: temos de saber colocar tudo no seu lugar normal; a história, desde que devidamente considerada, tem, como tudo o resto, o seu lugar no conhecimento integral, mas não tem qualquer valor a este respeito, excepto na medida em que permite encontrar, nas próprias contingências que são o seu objecto imediato, um ponto de apoio para ultrapassar essas contingências. Quanto ao ponto de vista da história "profana", que se concentra exclusivamente nos fatos e não vai além deles, não nos interessa, nem tudo no campo da simples erudição; portanto, não é de modo algum como historiador, se o entendemos nesse sentido, que consideramos os fatos, e é o que nos permite ignorar certos preconceitos "críticos" particularmente caros ao nosso tempo. Parece, aliás, que o uso exclusivo de certos métodos só foi imposto aos historiadores modernos para evitar que vissem claramente em questões que não deveriam ter sido tocadas, pela simples razão de que poderiam ter levado a conclusões contrárias às tendências "materialistas" que o ensino "oficial" pretendia promover; escusado será dizer que, pela nossa parte, não sentimos qualquer obrigação de manter a mesma reserva. Dito isto, acreditamos, portanto, que podemos abordar diretamente o tema do nosso estudo, sem nos determos mais nestas observações preliminares, que, em suma, se destinam apenas a definir tão claramente quanto possível o espírito em que o escrevemos e no qual ele deve ser lido, se quisermos realmente compreender o seu significado.

[9] *A crise do mundo moderno.*

CAPÍTULO II

Funções
do sacerdócio e da realeza

A oposição das duas potências espirituais e temporais, de uma forma ou de outra, encontra-se em quase todos os povos, o que não é surpreendente, pois corresponde a uma lei geral da história humana, que está ligada a todas essas "leis cíclicas" às quais, em quase todas as nossas obras, fizemos frequentes alusões. Para os períodos mais antigos, esta oposição é geralmente expressa em dados tradicionais de forma simbólica, como já indicámos anteriormente em relação aos celtas; mas não é este aspecto da questão que nos propomos desenvolver especificamente aqui. De momento, centrar-nos-emos em dois exemplos históricos, um no Leste e outro no Ocidente: Na Índia, o antagonismo em questão encontra-se sob a forma da rivalidade dos Brâhmanes e dos Kshatriyas, de que teremos de traçar alguns episódios; na Europa medieval, aparece principalmente como o que se tem chamado a disputa do Sacerdócio e do Império, embora também tenha tido outros aspectos mais particulares, mas não menos característicos, como veremos mais adiante[10]. Seria muito fácil ver que a mesma luta continua até hoje, embora, por causa da desordem moderna e da "mistura de castas", seja complicada por elementos heterogêneos que às vezes podem escondê-la de um observador superficial.

Não é que estes dois poderes, a que podemos chamar poder sacerdotal e poder real, porque são as suas verdadeiras denominações tradicionais, tenham simultaneamente a sua razão de ser e o seu próprio domínio. Em suma, o debate geralmente se refere apenas à questão das relações hierárquicas que devem existir entre eles; é uma luta pela supremacia, e essa luta ocorre invariavelmente da mesma forma: vemos guerreiros, detentores do poder temporal, depois de terem sido

[10] Muitos outros exemplos podiam ser facilmente encontrados, particularmente no Oriente: na China, as lutas que ocorreram em certos momentos entre os taoístas e os confucionistas, cujas respectivas doutrinas se relacionavam com os domínios dos dois poderes, como explicaremos mais adiante; no Tibete, a hostilidade demonstrada primeiro pelos reis ao lamaismo, que terminou, não só triunfando, mas absorvendo completamente o poder temporal na organização "teocrática" que ainda hoje existe.

submetidos à autoridade espiritual, revoltando-se contra ela, declarando-se independentes de qualquer poder superior, ou mesmo procurando subordinar-se a essa autoridade cujo poder eles originalmente reconheceram que detinham, e torná-la um instrumento a serviço de sua própria dominação. Só isto pode ser suficiente para mostrar que deve haver, em tal revolta, uma inversão das relações normais; mas isso é ainda mais claramente visto ao considerar essas relações não simplesmente como aquelas de duas funções sociais mais ou menos claramente definidas, cada uma das quais pode ter uma tendência bastante natural de invadir a outra, mas aquelas dos dois domínios em que essas funções são exercidas respectivamente; de fato, são as relações desses domínios que devem determinar logicamente as dos poderes correspondentes.

No entanto, antes de abordar directamente estas considerações, devemos ainda fazer algumas observações que facilitarão a sua compreensão, clarificando o significado de alguns dos termos que teremos de utilizar constantemente; e isto é tanto mais necessário quanto estes termos, em uso comum, assumiram um significado bastante vago e por vezes longe do seu significado original. Em primeiro lugar, se estamos falando de dois poderes, e se o podemos fazer nos casos em que, por várias razões, é necessário manter entre eles uma espécie de simetria externa, preferimos, na maioria das vezes, e para melhor distingui-los, usar, para a ordem espiritual, a palavra "autoridade", em vez de "poder", que é então reservada para a ordem temporal, à qual é mais apropriada quando é estritamente compreendida. Com efeito, esta palavra "poder" evoca quase inevitavelmente a ideia de poder ou força, e especialmente de uma força material[11], de um poder que se manifesta visivelmente fora e é afirmado pelo uso de meios externos; e este é, por definição, poder temporal[12]. Pelo contrário, a autoridade espiritual, interior em essência, afirma-se apenas por si mesma, independentemente de qualquer suporte sensível, e é exercida de alguma forma invisível; se ainda se pode falar aqui de poder ou força, é apenas por transposição analógica e, pelo menos no caso de pura autoridade espiritual, se assim se pode dizer, deve-se entender que se trata então de um poder intelectual total, cujo nome é "sabedoria", e da única força da verdade[13].

O que também precisa ser explicado, e um pouco mais ainda, são as expressões que usamos anteriormente, de poder sacerdotal e poder real; o que exatamente se entende aqui por sacerdócio e realeza? Para começar com este último, vamos dizer que a função real inclui tudo o que, na ordem social, constitui o próprio "governo", mesmo que este governo não tenha a forma monárquica; esta função, na verdade, é a que pertence a toda a casta Kshatriya, e o rei é apenas o primeiro entre eles. A função em questão é dupla: administrativa e judicial, por um lado, e militar, por outro,

---

[11] Também poderíamos incluir nessa noção o poder da vontade, que não é "material" no sentido da palavra, mas que, para nós, ainda é da mesma ordem, pois está essencialmente orientado para a ação.

[12] O nome da casta Kshatriya deriva de *kshatra*, que significa "força".

[13] Em hebraico, a distinção que indicamos aqui é marcada pelo uso de raízes que correspondem uma à outra, mas diferem pela presença das letras *kaph* e *qoph*, que são respectivamente, pela sua interpretação hieroglífica, os sinais de força espiritual e força material, portanto, por um lado, os significados da verdade, sabedoria, conhecimento e, por outro, os de poder, posse, dominação: estas são as raízes *hak* e *haq*, *kan* e *qan*, as primeiras formas que designam as atribuições do poder sacerdotal, e as segundas as do poder real (ver *The King of the World*, ch. VI).

porque deve assegurar a manutenção da ordem tanto dentro, como uma função reguladora e de equilíbrio, como fora, como uma função protectora da organização social; estes dois elementos constitutivos do poder real são, em várias tradições, simbolizados, respectivamente, pelas escalas e pela espada. Isto mostra que o poder real é de fato sinônimo de poder temporal, mesmo que este seja tomado em toda a extensão à qual é suscetível; mas a idéia muito mais restrita que o Ocidente moderno tem da realeza pode impedir que esta equivalência surja imediatamente, e é por isso que foi necessário formular esta definição agora, que nunca deve ser perdida de vista mais tarde.

Quanto ao sacerdócio, a sua função essencial é a preservação e a transmissão da doutrina tradicional, na qual cada organização social regular encontra os seus princípios fundamentais; além disso, esta função é obviamente independente de todas as formas especiais que a doutrina pode assumir para se adaptar, na sua expressão, às condições particulares de tal povo ou de tal época, e que de modo algum afectam a própria substância desta doutrina, que permanece em todo o lado e sempre idêntica e imutável, quando se trata de tradições autenticamente ortodoxas. É fácil compreender que a função do sacerdócio não é precisamente aquela que as concepções ocidentais, especialmente hoje, atribuem ao "clero" ou "sacerdotes", ou que, pelo menos, se pode ser isso até certo ponto e em alguns casos, também pode ser outra coisa. Com efeito, o que possui propriamente o carácter "sagrado" é a doutrina tradicional e o que está directamente relacionado com ela, e esta doutrina não assume necessariamente a forma religiosa[14]; "sagrado" e "religioso" não são, portanto, de modo algum equivalentes, e o primeiro destes dois termos é muito mais amplo do que o segundo; se a religião faz parte do domínio "sagrado", inclui elementos e modalidades que não são absolutamente religiosos; e o sacerdócio, como o seu nome sugere, refere-se, sem qualquer restrição, a tudo o que se pode dizer verdadeiramente "sagrado".

A verdadeira função do sacerdócio é, portanto, acima de tudo, uma função de conhecimento e ensino[15], e é por isso que, como dissemos acima, seu próprio atributo é a sabedoria; certamente, certas outras funções mais externas, como a realização de ritos, também lhe pertencem, porque requerem conhecimento de doutrina, pelo menos em princípio, e participam do caráter "sagrado" que lhe é inerente; mas essas funções são apenas secundárias, contingentes e de alguma forma acidentais[16]. Se, no mundo

[14] Veremos mais tarde porque é que a própria forma religiosa é particular para o Ocidente.

[15] É por causa desta função de ensino que, na *Purusha-sûkta* de *Rig-Vêda*, os Brâhmanes são representados como correspondendo à boca de *Purusha*, considerada como o "Homem Universal", enquanto os Kshatriyas correspondem aos seus braços, porque as suas funções se relacionam essencialmente com a ação.

[16] Às vezes, o exercício de funções intelectuais, por um lado, e rituais, por outro, deu origem, no próprio sacerdócio, a duas divisões; há um exemplo muito claro no Tibete: "A primeira das duas grandes divisões inclui aqueles que defendem a observância de preceitos morais e regras monásticas como meio de salvação; a segunda inclui todos aqueles que preferem um método puramente intelectual (chamado "caminho direto"), libertando aquele que o segue de todas as leis, sejam elas quais forem. Está longe de ser uma divisória perfeitamente estanque que separe os membros destes dois sistemas. Poucos religiosos apegados ao primeiro não reconhecem que a vida virtuosa e a disciplina das observâncias monásticas, por mais excelentes e, em muitos casos, indispensáveis que sejam, constituem apenas uma simples preparação para um caminho superior. Quanto aos partidários do segundo sistema, todos eles, sem exceção, acreditam plenamente nos efeitos benéficos da estrita fidelidade às leis morais e àquelas especialmente ditadas para os membros da Sangha (comunidade budista). Além disso, todos são também unânimes em afirmar que o primeiro dos dois métodos é o mais recomendável para a maioria dos indivíduos" (Alexandra David-Néel, *A mística do Thibet*, na *Revue de Paris*,

ocidental, o acessório parece ter-se tornado o principal, se não a única função, é porque a verdadeira natureza do sacerdócio está quase completamente esquecida; este é um dos efeitos do desvio moderno, que nega a intelectualidade, e[17]que, se não conseguiu fazer desaparecer nenhum ensinamento doutrinário, pelo menos o "minimizou" e o rejeitou no último plano. Que isso nem sempre tem sido o caso, a própria palavra "clero" fornece prova disso, porque, originalmente, "clero" não significa nada além de "instruído"[18], e se opõe ao "secular", que se refere ao homem do povo, ou seja, o "vulgar", assimilado ao ignorante ou ao "profano", de quem só se pode pedir para acreditar no que não se pode compreender, porque só assim se faz participar da tradição na medida de suas possibilidades[19]. É até curioso notar que as pessoas que, no nosso tempo, se orgulham de se chamar "seculares", assim como aqueles que gostam de se chamar "agnósticos", e além disso, muitas vezes são os mesmos, se vangloriam da própria ignorância; e para que não percebam que este é o significado dos rótulos que usam, esta ignorância deve ser muito grande e verdadeiramente irreparável.

Se o sacerdócio é, por essência, o repositório do saber tradicional, não se trata de dizer que ele tem um monopólio sobre ele, já que sua missão não é apenas conservá-lo em sua totalidade, mas também comunicá-lo a todos aqueles que podem recebê-lo, distribuí-lo de modo hierárquico segundo a capacidade intelectual de cada pessoa. Todo o conhecimento desta ordem tem, portanto, sua fonte no ensino sacerdotal, que é o órgão de sua transmissão regular; e o que parece mais particularmente reservado ao sacerdócio, por causa de seu caráter de pura intelectualidade, é a parte superior da doutrina, isto é, o conhecimento dos próprios princípios, enquanto o desenvolvimento de certas aplicações é mais adequado às aptidões de outros homens, que suas próprias funções colocam em contato direto e constante com o mundo manifestado, isto é, com o domínio ao qual essas aplicações se relacionam. É por isso que vemos na Índia, por exemplo, que alguns ramos secundários da doutrina foram estudados mais especificamente pelos Kshatriyas, enquanto os Brâhmanes dão a eles apenas uma importância muito relativa, sendo sua atenção constantemente focada na ordem de princípios transcendentes e imutáveis,

---

15 de fevereiro de 1928). Tentamos reproduzir esta passagem literalmente, embora algumas das expressões nela utilizadas exijam algumas reservas: assim, não há dois "sistemas", que, como tal, seriam necessariamente mutuamente exclusivos; mas o papel dos meios contingentes, que é o dos ritos e observâncias de todos os tipos e a sua subordinação ao caminho puramente intelectual, são muito claramente definidos, e de um modo que, por outro lado, está exactamente de acordo com os ensinamentos da doutrina hindu sobre o mesmo assunto.

[17] Pensamos que é quase supérfluo recordar que tomamos sempre esta palavra no sentido de que se refere à inteligência pura e ao conhecimento supra-racional.

[18] Não é que seja legítimo estender o significado da palavra "clérigo" como fez o Sr. Julien Benda em seu livro, *La Trahison des Clercs*, porque essa extensão implica a desconsideração de uma distinção fundamental, a de "conhecimento sagrado" e "conhecimento profano"; espiritualidade e intelectualidade certamente não têm o mesmo significado para o Sr. Julien Benda. Benda só para nós, e ele traz ao campo que ele descreve como espirituais muitas coisas que, aos nossos olhos, são puramente temporais e humanos, o que não deve, além disso, impedir-nos de reconhecer que há considerações muito interessantes e justas em seu livro em muitos aspectos.

[19] A distinção feita no catolicismo entre "Igreja que ensina" e "Igreja que ensina" deveria ser precisamente uma distinção entre "aqueles que sabem" e "aqueles que crêem"; é isso em princípio, mas, no estado atual das coisas, é ainda assim de fato? Limitamo-nos a fazer a pergunta, porque não nos compete a nós resolvê-la, nem temos os meios para o fazer; com efeito, embora haja muitas indicações de que a resposta deva ser negativa, não pretendemos ter um conhecimento completo da organização actual da Igreja Católica, e só podemos expressar o desejo de que ainda exista, dentro dela, um centro onde não só a "letra", mas o "espírito" da doutrina tradicional seja plenamente preservado.

dos quais tudo o mais é apenas uma conseqüência acidental, ou, se tomarmos as coisas na direção oposta, na meta suprema em relação à qual todo o resto é apenas meios contingentes e subordinados[20]. Existem mesmo livros tradicionais que são particularmente destinados ao uso das Kshatriyas, porque têm aspectos doutrinários adaptados à sua própria natureza[21]; existem "ciências tradicionais" que são especialmente adequadas para as Kshatriyas, enquanto a metafísica pura é a preservação dos Brâhmanes[22]. Não há nada mais do que perfeitamente legítimo nisso, porque tais aplicações ou adaptações são também parte do conhecimento sagrado previsto em sua totalidade, e além disso, embora a casta sacerdotal não esteja diretamente interessada nelas em seu próprio nome, elas são, no entanto, seu trabalho, pois só ela é qualificada para controlar sua perfeita conformidade com os princípios. Só que pode acontecer que os Kshatriyas, quando se revoltam contra a autoridade espiritual, ignorem a natureza relativa e subordinada deste conhecimento, que ao mesmo tempo o considerem como sua própria propriedade e neguem tê-la recebido dos Brâhmans, e que finalmente cheguem ao ponto de reivindicá-la superior àquelas que são propriedade exclusiva destes últimos. O que resulta disso é, nas concepções dos Kshatriyas revoltados, a inversão das relações normais entre os princípios e as suas aplicações, ou mesmo, por vezes, nos casos mais extremos, a negação pura e simples de qualquer princípio transcendente; é, portanto, em todos os casos, a substituição de "física" por "metafísica", ouvindo estas palavras no seu sentido estritamente etimológico, ou, em outras palavras, o que se pode chamar de "naturalismo", como veremos ainda melhor mais adiante[23].

A partir dessa distinção, no conhecimento sagrado ou tradicional, de duas ordens que podem, de modo geral, ser descritas como a dos princípios e a das aplicações, ou, segundo o que acabamos de dizer, como a ordem "metafísica" e a ordem "física", foi derivada, nos antigos mistérios, tanto no Ocidente como no Oriente, a distinção dos chamados "grandes mistérios" e dos "pequenos mistérios", estes essencialmente compreendendo o conhecimento da natureza, e estes o conhecimento do que está além da natureza[24]. Esta mesma distinção correspondia

---

[20] Já tivemos oportunidade de relatar um caso ao qual se aplica o que aqui estamos a dizer: enquanto os Brâhmans sempre se dedicaram quase exclusivamente, pelo menos para seu uso pessoal, à realização imediata da "Libertação" final, os Kshatriyas desenvolveram preferencialmente o estudo de estados condicionados e transitórios que correspondem às várias etapas dos dois "caminhos mundiais manifestados", chamados *dêva-yâna* e *pitri-yâna* (*Homem e seu futuro segundo o Vêdânta,* 3ª edição, ch. XXI).

[21] Este é o caso da Índia com os *Itihâsas* e *Purânas,* enquanto o estudo da *Vêda* diz respeito propriamente aos Brâhmanes, porque este é o princípio de todo o conhecimento sagrado; além disso, veremos mais adiante que a distinção dos objetos de estudo adequados para as duas castas corresponde, de um modo geral, à das duas partes da tradição que, na doutrina hindu, são chamadas *Shruti* e *Smriti*.

[22] Estamos sempre a falar dos Brâhmans e dos Kshatriyas como um todo; se existem excepções individuais, elas não afectam o próprio princípio das castas, e apenas provam que a aplicação deste princípio só pode ser aproximada, especialmente nas condições do *Kali-Yuga*.

[23] Embora estejamos aqui a falar de Brâhmanes e Kshatriyas, porque a utilização destas palavras facilita grandemente a expressão das coisas em questão, há que compreender que tudo o que aqui dizemos não se aplica apenas à Índia; e a mesma observação aplica-se sempre que utilizarmos estes mesmos termos desta forma, sem nos referirmos expressamente à forma tradicional hindu; além disso, iremos explicá-lo mais detalhadamente do que um pouco mais tarde.

[24] De um ponto de vista ligeiramente diferente, mas no entanto estreitamente relacionado com este, também se pode dizer que os "pequenos mistérios" só dizem respeito às possibilidades do estado humano, enquanto os "grandes mistérios" dizem respeito aos estados sobre-humanos; pela realização destas possibilidades ou destes estados, levam

precisamente à da "iniciação sacerdotal" e da "iniciação real", ou seja, o conhecimento que era ensinado nestes dois tipos de mistérios era o que era considerado necessário para o exercício das respectivas funções dos Brâhmans e dos Kshatriyas, ou o que era equivalente a estas duas castas nas instituições dos vários povos[25]; mas, naturalmente, é o sacerdócio que, em virtude da sua função docente, também conferiu ambas as iniciações, e assim assegurou a legitimidade efetiva, não só dos seus próprios membros, mas também daqueles da casta à qual pertencia o poder temporal; e é dali, como veremos, que procede o "direito divino" dos reis[26]. Se assim é, é porque a posse dos "grandes mistérios" implica, *a fortiori* e como "além disso", a dos "pequenos mistérios"; como toda conseqüência e toda aplicação está contida no princípio de onde procede, a função superior "eminentemente" inclui as possibilidades das funções inferiores[27]; este é necessariamente o caso em qualquer hierarquia verdadeira, isto é, fundada sobre a própria natureza dos seres.

Há mais um ponto que devemos assinalar aqui, ao menos brevemente e sem enfatizá-lo demais: além das expressões de "iniciação sacerdotal" e "iniciação real", e por assim dizer, encontramos também as de "arte sacerdotal" e "arte real", que designam a implementação do conhecimento ensinado nas iniciações correspondentes, com todas as "técnicas" inseridas em seus respectivos campos[28]. Estas designações há muito que foram preservadas nas antigas corporações, e a segunda, a da "arte real", teve mesmo um destino bastante singular, porque foi transmitida à moderna Maçonaria, na qual, escusado será dizer, já não existe, assim como muitos outros termos e símbolos, como um vestígio mal compreendido do passado. Quanto à designação de "arte sacerdotal", ela desapareceu completamente; no entanto, obviamente, ela se adequava à arte dos construtores de catedrais medievais, da mesma forma que a dos construtores de templos antigos; mas deve ter

---

respectivamente ao "Paraíso Terrestre" e ao "Paraíso Celestial", como disse Dante num texto de *De Monarchia* que citamos a seguir; e não se deve esquecer que, como o mesmo Dante afirma claramente em sua *Divina Comédia*, e como ainda teremos a oportunidade de repetir mais tarde, o "Paraíso Terrestre" só deve ser considerado, na realidade, como um passo no caminho para o "Paraíso Celestial".

[25] No antigo Egito, cuja constituição era claramente "teocrática", parece que o rei era considerado assimilado à casta sacerdotal em virtude de sua iniciação aos mistérios, e que até mesmo ele às vezes era levado entre os membros desta casta; pelo menos é isso que Plutarco afirma: "Os reis eram escolhidos entre sacerdotes ou guerreiros porque essas duas classes, uma por causa da sua coragem, a outra por causa da sua sabedoria, gozavam de especial estima e consideração. Quando o rei foi tirado da classe guerreira, ele entrou na classe sacerdotal assim que foi eleito; ele foi então iniciado nesta filosofia onde tantas coisas, sob fórmulas e mitos que envolviam a verdade em uma aparência obscura e a manifestavam por transparência, estavam escondidas" (*Isis e Osíris*, 9, tradução de Mario Meunier). Note-se que o final desta passagem contém uma indicação muito explícita do duplo significado da palavra "revelação" (cf. *O Rei do Mundo*, p. 38).

[26] Acrescente-se que, na Índia, a terceira casta, a Vaishyas, cujas funções específicas são as da ordem econômica, também é admitida a uma iniciação que lhe dá direito a qualificações, que são assim comuns às duas primeiras, de *ârya* ou "nobre" e *dwija* ou "nascido duas vezes"; o conhecimento que lhe é especialmente adequado representa, em princípio, pelo menos, apenas uma parte limitada dos "pequenos mistérios" como acabamos de defini-los; mas não temos que insistir neste ponto, pois o tema deste estudo envolve apenas a consideração dos relatórios das duas primeiras castas.

[27] Pode-se dizer, portanto, que o poder espiritual pertence "formalmente" à casta sacerdotal, enquanto o poder temporal pertence "eminentemente" à mesma casta sacerdotal e "formalmente" à casta real. Assim, de acordo com Aristóteles, as "formas" superiores contêm "eminentemente" as "formas" inferiores.

[28] A este respeito, note-se que, entre os romanos, Jano, que era o deus da iniciação aos mistérios, era ao mesmo tempo o deus da *Collegia fabrorum*; esta aproximação é particularmente significativa em termos da correspondência que aqui indicamos. - Sobre a transposição pela qual qualquer arte, assim como qualquer ciência, pode receber um valor verdadeiramente "iniciático", ver *Esoterismo de Dante*, pp. 12-15.

havido confusão entre os dois campos, devido a uma perda pelo menos parcial da tradição, em si mesma uma consequência das invasões do temporal sobre o espiritual; e assim se perdeu o nome "arte sacerdotal", provavelmente em torno do período renascentista, o que marca, de fato, em todos os aspectos, o consumo da ruptura do mundo ocidental com suas próprias doutrinas tradicionais[29].

[29] Em meados do século XV, algumas pessoas fixaram a data precisa desta perda da velha tradição, o que levou à reorganização das irmandades de construtores em 1459, numa base nova e agora incompleta. Deve-se notar que foi a partir deste período que as igrejas deixaram de ser regularmente orientadas, e este fato tem, para o que é, uma importância muito maior do que se poderia pensar à primeira vista (cf. *O Rei do Mundo*, pp. 96 e 123-124).

CAPÍTULO III

Conhecimento e acção

Dissemos acima que as relações das duas potências espirituais e temporais devem ser determinadas por aquelas de seus respectivos domínios; assim, voltando ao seu princípio, a questão nos parece muito simples, porque basicamente não é nada além das relações de conhecimento e ação. Poderíamos opor-nos a isso, dizendo que, de acordo com o que acabamos de descrever, os detentores do poder temporal também devem normalmente possuir um certo conhecimento; mas, além de não o possuírem por si mesmos e de o receberem da autoridade espiritual, esse conhecimento diz respeito apenas às aplicações da doutrina, e não aos princípios em si; é, portanto, estritamente falando, apenas um conhecimento por participação. O conhecimento por excelência, o único conhecimento que verdadeiramente merece este nome na plenitude do seu significado, é o conhecimento de princípios, independentemente de qualquer aplicação contingente, e é este conhecimento que pertence exclusivamente àqueles que possuem autoridade espiritual, porque não há nada nele que seja de ordem temporal, mesmo no seu sentido mais amplo. Por outro lado, quando passamos às aplicações, referimo-nos a esta ordem temporal, porque o conhecimento já não é considerado apenas em si mesmo e para si mesmo, mas na medida em que dá à acção a sua lei; e é, nesta medida, necessário para aqueles cuja função própria está essencialmente no campo da acção.

É óbvio que o poder temporal, nas suas várias formas militares, judiciais e administrativas, está inteiramente empenhado na acção; está, portanto, pelas suas próprias atribuições, fechado dentro dos mesmos limites que este, isto é, dentro dos limites do mundo que pode ser chamado propriamente "humano", compreendendo neste termo possibilidades muito mais amplas do que as mais habitualmente previstas. Pelo contrário, a autoridade espiritual baseia-se inteiramente no conhecimento, pois, como vimos, sua função essencial é a preservação e o ensino da doutrina, e seu campo é ilimitado como a própria verdade[30]; o que lhe é reservado

[30] De acordo com a doutrina hindu, os três termos "Verdade, Conhecimento, Infinito" são identificados no Princípio Supremo: este é o significado da fórmula *Satyam Jnânam Anantam Anantam Brahma.*

pela própria natureza das coisas, o que não pode comunicar aos homens cujas funções são de outra ordem, e isto porque as suas possibilidades não o incluem, é conhecimento transcendente e[31] "supremo", aquilo que vai além do domínio "humano" e até, mais geralmente, do mundo manifestado, aquilo que já não é "físico", mas "metafísico" no sentido etimológico dessa palavra. Deve-se entender claramente que este não é um desejo da casta sacerdotal de manter para si o conhecimento de certas verdades, mas uma necessidade que resulta diretamente das diferenças de natureza existentes entre seres, diferenças que, como já dissemos, são a razão de ser e o fundamento da distinção de castas. Os homens que são feitos para a acção não são feitos para o conhecimento puro, e numa sociedade constituída sobre bases verdadeiramente tradicionais, todos devem cumprir a função para a qual são verdadeiramente "qualificados"; caso contrário, tudo é apenas confusão e desordem, nenhuma função é cumprida como deveria ser, e é precisamente isso que está a acontecer no tempo presente.

Estamos bem cientes de que, por causa dessa confusão, as considerações que aqui apresentamos só podem parecer muito estranhas no mundo ocidental moderno, onde o que é chamado de "espiritual" está, na maioria das vezes, apenas muito remotamente relacionado com o ponto de vista estritamente doutrinário e com o conhecimento claro de todas as contingências. Podemos até fazer uma observação bastante curiosa sobre este assunto: Já não nos contentamos hoje em dia em distinguir o espiritual do temporal como é legítimo e mesmo necessário fazê-lo, mas temos a pretensão de os separar radicalmente; e acontece precisamente que as duas ordens nunca foram misturadas como são agora, e que, sobretudo, as preocupações temporais nunca afectaram tanto o que deveria ser absolutamente independente delas; sem dúvida que é inevitável que assim seja, por causa das próprias condições que são as do nosso tempo, e que descrevemos noutro lugar. Portanto, a fim de evitar qualquer má interpretação, devemos deixar claro que o que estamos dizendo aqui diz respeito apenas ao que chamamos de autoridade espiritual na sua forma mais pura acima, e que devemos ter cuidado para não procurar exemplos disso ao nosso redor. Poderíamos até, se quiséssemos, pensar que este é apenas um tipo teórico e de alguma forma "ideal", embora, para ser honesto, esta forma de ver as coisas não seja inteiramente nossa; reconhecemos que, de facto, em aplicações históricas, as contingências devem ser sempre tidas em conta até certo ponto, mas apenas tomamos a civilização do Ocidente moderno pelo que é, isto é, por um desvio e uma anomalia, o que é explicado pela sua correspondência com a última fase do *Kali-Yuga*.

Mas voltemos à relação entre conhecimento e acção; já tivemos oportunidade de abordar esta questão com algum desenvolvimento[32], pelo que não repetiremos aqui tudo o que então dissemos; no entanto, é essencial recordar, pelo menos, os pontos mais essenciais. Considerámos a antítese do Oriente e do Ocidente, no estado actual das coisas, como podendo ser reduzida a isto: o Oriente mantém a superioridade do conhecimento sobre a acção, enquanto o Ocidente moderno afirma, pelo contrário, a

[31] Na Índia, o conhecimento (*vidyâ*) é, de acordo com seu objeto ou domínio, distinguido em "supremo" (*parâ*) e "não supremo" (*aparâ*).

[32] *A Crise do Mundo Moderno*, cap. III.

superioridade da acção sobre o conhecimento, quando não vai tão longe como a sua completa negação; dizemos apenas o Ocidente moderno, porque era bastante diferente na antiguidade e na Idade Média. Todas as doutrinas tradicionais, sejam elas orientais ou ocidentais, são unânimes em afirmar a superioridade e mesmo a transcendência do conhecimento sobre a ação, em relação à qual atua como o "motor imóvel" de Aristóteles, o que, naturalmente, não significa que a ação não tenha também seu legítimo lugar e importância em sua ordem, mas esta ordem é apenas uma das contingências humanas. A mudança seria impossível sem um princípio do qual procede e que, pelo próprio fato de ser seu princípio, não pode ser submetido a ela, por isso é necessariamente "imóvel", sendo o centro da "roda das coisas"; do mesmo modo, a ação, que pertence ao mundo da mudança, não pode ter seu princípio em si mesma; toda a realidade da qual ela é suscetível, ela a tira de um princípio que está além de seu domínio, e que só pode ser encontrado no conhecimento. Só isto torna possível deixar o mundo da mudança ou "tornar-se" e as limitações inerentes a ele, e, quando atinge o imutável, que é o caso do conhecimento principial ou metafísico, que é o conhecimento por excelência[33], ele próprio possui imutabilidade, porque todo o verdadeiro conhecimento é essencialmente identificação com o seu objecto. A autoridade espiritual, pelo próprio fato de que implica esse conhecimento, também possui imutabilidade em si mesma; o poder temporal, pelo contrário, está sujeito a todas as vicissitudes do contingente e da transição, a menos que um princípio superior lhe comunique, na medida compatível com sua natureza e caráter, a estabilidade que não pode ter por seus próprios meios. Este princípio só pode ser aquele representado pela autoridade espiritual; o poder temporal precisa, portanto, para sobreviver, de uma consagração dela; é esta consagração que faz a sua legitimidade, isto é, a sua conformidade com a própria ordem das coisas. Esta foi a razão de ser da "iniciação real", que definimos no capítulo anterior; e é nisto que consiste propriamente o "direito divino" dos reis, ou o que a tradição do Extremo Oriente chama o "mandato do Céu": é o exercício do poder temporal em virtude de uma delegação de autoridade espiritual, à qual este poder pertence "eminentemente", como então o explicamos[34]. Qualquer ação que não procede do conhecimento carece de princípio e nada mais é do que uma vã agitação; do mesmo modo, qualquer poder temporal que ignore sua subordinação à autoridade espiritual é igualmente vã e ilusória; separada de seu princípio, ela só pode ser exercida de maneira desordenada e inevitavelmente levará à sua perda.

Como acabamos de falar do "mandato do céu", não será irrelevante relatar aqui como, segundo o próprio Confúcio, este mandato deveria ser cumprido: "Os antigos príncipes, para fazer brilhar as virtudes naturais nos corações de todos os homens, antes se tinham aplicado a governar bem cada um de seus principados. Para governar bem os seus principados, costumavam pôr as suas famílias em boa ordem. Para pôr as suas famílias em ordem, costumavam trabalhar para se aperfeiçoarem. Para se aperfeiçoarem, costumavam regular os movimentos dos seus corações. Para regular

---

[33] Por outro lado, o conhecimento "físico" é apenas conhecimento das leis da mudança, leis que são apenas um reflexo dos princípios transcendentes na natureza; toda esta coisa não é nada mais do que o domínio da mudança; além disso, a *natura* latina e o grego φυσις ambos expressam a idéia de "tornar-se".

[34] É por isso que a palavra *melek*, que significa "rei" em hebraico e árabe, tem ao mesmo tempo, e mesmo antes de tudo, o significado de "enviado".

os movimentos dos seus corações, eles costumavam fazer a sua vontade ser perfeita. Para tornar a sua vontade perfeita, eles desenvolveram o seu conhecimento tanto quanto possível. Você desenvolve seu conhecimento examinando a natureza das coisas. A natureza das coisas uma fé escrutinada, o conhecimento atinge o seu mais alto grau. Tendo o conhecimento alcançado o seu mais alto grau, a vontade torna-se perfeita. A vontade é perfeita, os movimentos do coração são regulados. Os movimentos do coração estão regulados, o homem inteiro está livre de defeitos. Depois de se corrigir, você estabelece a ordem na família. Como a ordem reina na família, o principado é bem governado. Como o principado era bem governado, logo todo o império gozava de paz[35]. Devemos reconhecer que existe uma concepção do papel do soberano que difere significativamente da ideia que se pode ter no Ocidente moderno, e que o torna difícil de cumprir, mas também lhe dá um alcance completamente diferente; e vamos notar em particular que o conhecimento é expressamente indicado como a primeira condição para estabelecer a ordem, mesmo no domínio temporal.

É fácil compreender agora que a inversão das relações de conhecimento e ação em uma civilização é uma consequência da usurpação da supremacia pelo poder temporal; de fato, o poder temporal deve então reivindicar que não há nenhum domínio que seja superior ao seu próprio, que é precisamente o da ação. No entanto, se as coisas permanecem lá, elas ainda não chegam ao ponto em que nós as vemos agora, e onde todo valor é negado ao conhecimento; para que isso aconteça, os próprios Kshatriyas devem ter sido despojados de seu poder pelas castas inferiores[36]. De fato, como indicamos anteriormente, os Kshatriyas, mesmo rebeldes, tendem a afirmar uma doutrina truncada, distorcida pela ignorância ou negação de tudo o que vai além da ordem "física", mas na qual ainda há algum conhecimento real, embora inferior; eles podem até pretender passar esta doutrina incompleta e irregular como expressão da verdadeira tradição. Esta é uma atitude que, embora condenável à luz da verdade, ainda não é desprovida de uma certa grandeza[37]; além disso, não são termos como "nobreza", "heroísmo" e "honra", no seu sentido original, a designação das qualidades que são essencialmente inerentes à natureza do Kshatriyas? Por outro lado, quando os elementos correspondentes às funções sociais de uma ordem inferior conseguem dominar, por sua vez, toda doutrina tradicional, ainda que mutilada ou alterada, desaparece por completo; já não há sequer o menor vestígio de "ciência sagrada", e é o reino do "conhecimento profano", isto é, da ignorância que se toma pela ciência e se agrada em seu nada. Tudo isso poderia ser resumido nestas poucas palavras: a supremacia dos brâmanes mantém a ortodoxia doutrinária; a revolta dos kshatriyas traz a heterodoxia; mas, com a dominação das castas inferiores, é a noite

---

[35] *Ta-hio*, parte 1, tradução do P. Couvreur.

[36] Em particular, a importância predominante dada às considerações econômicas, que é uma característica muito marcante do nosso tempo, pode ser vista como um sinal da dominação da Vaishyas, cujo equivalente aproximado é representado no mundo ocidental pela burguesia; e é realmente esta última que tem dominado desde a Revolução.

[37] Esta atitude do Kshatriyas rebelde poderia ser caracterizada com bastante precisão pela designação de "lucifericanismo", que não deve ser confundido com "satanismo", embora haja sem dúvida uma certa conexão entre os dois: "lucifericanismo" é a recusa em reconhecer uma autoridade superior; "satanismo" é a inversão das relações normais da ordem hierárquica; e isto é freqüentemente uma consequência dessa ordem, pois Lúcifer tornou-se satânico depois de sua queda.

intelectual, e é onde o Ocidente está hoje, que ameaça espalhar a sua própria escuridão por todo o mundo.

Podemos ser criticados por falar como se houvesse castas em todo o lado, e por estender indevidamente a quaisquer denominações de organizações sociais que sejam apropriadamente apropriadas apenas à da Índia; e no entanto, uma vez que estas denominações em soma designam funções que são necessariamente encontradas em qualquer sociedade, não acreditamos que esta extensão seja abusiva. É verdade que a casta não é apenas uma função, é também, e sobretudo, o que na natureza dos indivíduos humanos os torna capazes de cumprir esta função em vez de qualquer outra; mas estas diferenças de natureza e aptidões também existem onde quer que haja homens. A diferença entre uma sociedade onde existem castas, no verdadeiro sentido da palavra, e uma sociedade onde não existem castas é que, na primeira, existe uma correspondência normal entre a natureza dos indivíduos e as funções que desempenham, sujeita apenas a erros de aplicação que são, em qualquer caso, apenas excepções, enquanto que, no segundo caso, tal correspondência não existe, ou pelo menos ocorre apenas acidentalmente; e este último é o caso quando a organização social carece de uma base tradicional[38]. Em casos normais, há sempre algo comparável à instituição de castas, com as modificações exigidas pelas condições específicas de uma determinada pessoa; mas a organização que encontramos na Índia é a mais completa, como uma aplicação da doutrina metafísica à ordem humana, e esta razão por si só seria suficiente para justificar a linguagem que adotamos, em preferência a qualquer outra linguagem que tenhamos adotado de instituições que tenham, pela sua forma mais especializada, um escopo de aplicação muito mais limitado, e, consequentemente, não sejam capazes de oferecer as mesmas possibilidades para a expressão de certas verdades muito gerais[39]. Há também uma outra razão, que, para ser mais contingente, não é negligenciável, e que é esta: é muito notável que a organização social da Idade Média Ocidental tenha sido modelada exatamente sobre a divisão das castas, o clero correspondente aos Brâhmanes, a nobreza aos Kshatriyas, o terceiro estado aos Vaishyas, e os servos aos Shûdras; não eram castas no sentido pleno da palavra, mas esta coincidência, que não é certamente nada fortuita, não facilita a transposição de termos de um para o outro destes dois casos; e esta observação encontrará a sua aplicação nos exemplos históricos que teremos de considerar mais tarde.

[38] Não é necessário salientar que as "classes" sociais, tal como as entendemos hoje no Ocidente, não têm nada em comum com as castas reais e são, no máximo, uma espécie de falsificação sem valor e sem sentido, não baseada de forma alguma na diferença das possibilidades envolvidas na natureza dos indivíduos.

[39] A razão para isso é que a doutrina hindu é, entre as doutrinas tradicionais que sobreviveram até hoje, a que parece derivar mais diretamente da tradição primordial; mas é um ponto no qual não temos que insistir aqui.

CAPÍTULO IV

Natureza respectiva dos Brahmins e dos Kshatriyas

Sabedoria e força são os respectivos atributos dos Brâhmans e dos Kshatriyas, ou, se preferirmos, autoridade espiritual e poder temporal; e é interessante notar que, entre os antigos egípcios, o símbolo da Esfinge, em um de seus significados, uniu precisamente esses dois atributos considerados de acordo com suas relações normais. De fato, a cabeça humana pode ser considerada como representando a sabedoria, e o corpo do leão como força; a cabeça é a autoridade espiritual que dirige, e o corpo é o poder temporal que age. Deve-se também notar que a Esfinge é sempre representada em repouso, o poder temporal sendo tomado aqui no estado de "não-ação" em seu princípio espiritual onde é "eminentemente" contida, portanto apenas como uma possibilidade de ação, ou, melhor ainda, no princípio divino que unifica o espiritual e o temporal, estando além de sua distinção, e sendo a fonte comum de onde ambos procedem, mas o primeiro diretamente, e o segundo indiretamente e através do primeiro. Encontramos noutro lugar um símbolo verbal que, pela sua constituição hieroglífica, é exactamente equivalente a esse símbolo: é o nome dos druidas, que lê *dru-vid*, onde a primeira raiz significa força, e a segunda sabedoria[40]; e a união dos dois atributos neste nome, assim como a dos dois elementos da Esfinge em um e o mesmo ser, além de marcar que a realeza está implicitamente contida no sacerdócio, é sem dúvida uma memória dos tempos distantes quando os dois poderes ainda estavam unidos, no estado de indistinção primordial, em seu princípio comum e supremo[41].

---

[40] Este nome tem um duplo significado, que se refere a outro simbolismo: *dru* ou *deru*, como o *robô* latino, refere-se tanto à força quanto ao carvalho (em grego δρυς); por outro lado, *emp* é, como em sânscrito, sabedoria ou conhecimento, assimilado à visão, mas também é viscoelástico; assim, *dru-vid* é o visco do carvalho, que era de fato um dos principais símbolos do druidismo, e ao mesmo tempo é o homem em quem repousa a sabedoria apoiada na força. Além disso, a raiz *dru*, como vista nas formas equivalentes sânscritas *dhru* e *dhri*, ainda inclui a ideia de estabilidade, que é também um dos significados do símbolo da árvore em geral e do carvalho em particular; e este sentido de estabilidade corresponde aqui muito exatamente à atitude da Esfinge em repouso.

[41] No Egito, a incorporação do rei ao sacerdócio, que mencionamos anteriormente de acordo com Plutarco, foi um remanescente desse antigo estado de coisas.

A este princípio supremo das duas potências, já dedicamos um estudo especial[42]: indicamos então como, do visível como era no início, se tinha tornado invisível e escondido, afastando-se do "mundo exterior" à medida que se afastava do seu estado primordial, que necessariamente tinha de conduzir à divisão aparente das duas potências. Mostrámos também como este princípio é encontrado, referido por vários nomes e símbolos, em todas as tradições, e como aparece em particular na tradição judaico-cristã sob as figuras de Melquisedeque e dos Magos. Recordemos apenas que, no cristianismo, o reconhecimento deste princípio único permanece sempre, pelo menos teoricamente, e é afirmado pela consideração das duas funções sacerdotais e reais como inseparáveis uma da outra na própria pessoa de Cristo. Além disso, de um certo ponto de vista, estas duas funções, em relação ao seu princípio, podem ser consideradas de alguma forma complementares, e depois, embora a segunda, na realidade, tenha o seu princípio imediato na primeira, existe, no entanto, entre elas, na sua própria distinção, uma espécie de correlação. Por outras palavras, uma vez que o sacerdócio não implica normalmente o exercício efectivo da realeza, os respectivos representantes do sacerdócio e da realeza devem retirar o seu poder de uma fonte comum, que está "para além das castas"; A diferença hierárquica entre eles é que o sacerdócio recebe seu poder diretamente dessa fonte, com a qual está em contato imediato por sua própria natureza, enquanto a realeza, por causa da natureza mais externa e estritamente terrena de sua função, só pode receber seu próprio poder através do sacerdócio. Com efeito, ele desempenha verdadeiramente o papel de "mediador" entre o Céu e a Terra; e não é sem razão que a plenitude do sacerdócio recebeu, nas tradições ocidentais, o nome simbólico de "pontificado", porque, como diz São Bernardo, "o Pontífice, como indica a etimologia do seu nome, é uma espécie de ponte entre Deus e o homem"[43]. Se, portanto, quisermos voltar à primeira origem dos dois poderes sacerdotais e reais, devemos procurá-la no "mundo celestial"; isto pode[44] ser entendido tanto real como simbolicamente; mas esta é uma questão cujo desenvolvimento iria além do escopo deste estudo, e se demos esta breve visão geral, é porque não podemos prescindir, a seguir, às vezes aludindo a esta fonte comum dos dois poderes.

Voltando ao que foi o ponto de partida desta digressão, é óbvio que os atributos de sabedoria e força se referem respectivamente ao conhecimento e à acção; por outro lado, na Índia, ainda se diz, em relação ao mesmo ponto de vista, que o Brâhmane é o tipo de seres estáveis, e que o Kshatriya é o tipo de seres em mudança[45]; Em outras

---

[42] *O Rei do Mundo.*

[43] *Tractatus de Moribus et Officio episcoporum*, III, 9 - A este respeito, e em relação ao que já indicamos sobre a Esfinge, deve-se notar que ela representa *Harmakhis* ou *Hormakhutti*, o "Senhor dos dois horizontes", ou seja, o princípio que une os dois mundos sensíveis e suprasensíveis, terrestre e celeste; e esta é uma das razões pelas quais, nos primeiros dias do cristianismo, ela foi considerada no Egito como um símbolo de Cristo. Outra razão para isso é que a Esfinge é, como o grifo de que fala Dante, "o animal de duas naturezas", representando como tal a união das naturezas divina e humana em Cristo; e uma terceira ainda pode ser encontrada no aspecto sob o qual aparece, como dissemos, a união dos dois poderes espirituais e temporais, sacerdotal e real, em seu princípio supremo.

[44] Esta é a concepção tradicional dos "três mundos" que explicamos em outras ocasiões: deste ponto de vista, a realeza corresponde ao "mundo terrestre", o sacerdócio ao "mundo intermediário" e seu princípio comum ao "mundo celestial"; mas deve-se acrescentar que, como este princípio se tornou invisível aos homens, o sacerdócio também representa externamente o "mundo celestial".

[45] O conjunto de todos os seres, assim divididos em seres estáveis e mutáveis, é referido em Sânscrito como o termo composto *sthâvara-jangama*; assim, todos, de acordo com a sua natureza, estão principalmente relacionados com o Brâhmane ou com o Kshatriya.

palavras, na ordem social, que está em perfeita correspondência com a ordem cósmica, a primeira representa o elemento imutável, e a segunda o elemento móvel. Também aqui, a imutabilidade é a do conhecimento, que também é representada apreciavelmente pela postura imóvel do homem em meditação; a mobilidade, por outro lado, é aquilo que é inerente à ação, devido à sua natureza transitória e temporária. Finalmente, a natureza própria do Brâhmane e a do Kshatriya são fundamentalmente distinguidas pela predominância de uma *guna* diferente; como já explicamos em outro lugar[46], a doutrina hindu prevê três *gunas*, qualidades constituintes de seres em todos os seus estados de manifestação: *sattwa*, conformidade com a essência pura do Ser universal, que é identificada com luz ou conhecimento inteligível, e representada como uma tendência ascendente; *rajas*, o impulso expansivo, de acordo com o qual o ser se desenvolve em um determinado estado e, de certa forma, em um determinado nível de existência; e *tamas*, escuridão, assimilada à ignorância, e representada como uma tendência descendente. Os *gunas* estão em perfeito equilíbrio na indiferenciação primordial, e qualquer manifestação representa uma ruptura desse equilíbrio; esses três elementos estão em todos os seres, mas em proporções variáveis, que determinam as respectivas tendências desses seres. Na natureza do Brâhmane, é *a sattwa que* predomina, orientando-a para os estados supra-humanos; na do Kshatriya, é a *rajas*, que tende à realização das possibilidades incluídas no estado humano[47]. A predominância de *sattwa* corresponde à da intelectualidade; à predominância de *rajas*, aquela do que podemos, por falta de um termo melhor, chamar de sentimentalismo; e isto é novamente uma justificação para o que dissemos acima, que o Kshatriya não é feito para puro conhecimento: O caminho que lhe convém é o caminho que se poderia chamar "devocional", se é permitido usar tal palavra para tornar, muito imperfeitamente, o termo sânscrito *bhakti*, isto é, o caminho que toma como ponto de partida um elemento de uma ordem emocional; e, embora este caminho se encontre fora das formas estritamente religiosas, o papel do elemento emocional não está mais desenvolvido que nelas, onde afeta com uma tonalidade especial a expressão de toda a doutrina.

Esta última observação revela o verdadeiro propósito destas formas religiosas: elas são particularmente adequadas para raças cujas aptidões são, em geral, dirigidas principalmente para a ação, isto é, aquelas que, coletivamente consideradas, têm em si uma preponderância do elemento "rajásico" que caracteriza a natureza do Kshatriyas. Este é o caso do mundo ocidental, e é por isso que, como já apontamos em outro lugar[48], diz-se na Índia que se o Ocidente retornasse a um estado normal e tivesse uma organização social regular, haveria muitos Kshatriyas, mas poucos Brahmins; é também por isso que a religião, entendida em seu sentido mais estrito, é uma coisa estritamente ocidental. Isto também explica por que não parece haver

[46] *O homem e o seu futuro segundo o Vêdânta*, cap. IV.

[47] As três *gunas* correspondem a cores simbólicas: branco para *sattwa*, vermelho para *rajas*, preto para *tamas*; de acordo com o relatório que aqui indicamos, as duas primeiras destas cores simbolizam também a autoridade espiritual e o poder temporal, respectivamente. - É interessante notar, a este respeito, que a "bandeira" dos reis da França era vermelha; a posterior substituição do branco pelo vermelho como a cor real marca, de certa forma, a usurpação de um dos atributos da autoridade espiritual.

[48] *The Modern World Crisis*, p. 45 (2ª edição).

nenhuma autoridade espiritual pura no Ocidente, ou pelo menos não há nenhuma que se afirme externamente como tal, com as características que especificamos no precedente. A adaptação religiosa, como a constituição de qualquer outra forma tradicional, é, no entanto, o fato de uma verdadeira autoridade espiritual, no sentido mais completo da palavra; e essa autoridade, que então aparece fora como religiosa, também pode, ao mesmo tempo, permanecer algo mais em si mesma, enquanto houver verdadeiros Brâhmans em seu meio, e com isso queremos dizer uma elite intelectual que mantém uma consciência do que está além de todas as formas particulares, ou seja, a essência profunda da tradição. Para tal elite, a forma só pode desempenhar um papel de "apoio" e, por outro lado, fornece um meio de envolver na tradição aqueles que não têm acesso à intelectualidade pura; Mas estes últimos, naturalmente, não vêem nada além da forma, suas próprias possibilidades individuais não lhes permitem ir mais longe, e, conseqüentemente, a autoridade espiritual não tem que se mostrar a eles em nenhum outro aspecto além do que corresponde à sua natureza[49], embora seu ensino, mesmo externo, seja sempre inspirado pelo espírito da doutrina superior[50]. Só que também se pode fazer que, uma vez conseguida a adaptação, aqueles que são os guardiões desta forma tradicional se encontrem fechados nela depois, tendo perdido a consciência efetiva do que está além; Isto também pode ser devido a várias circunstâncias, e especialmente à "mistura de castas", por causa da qual pode haver homens entre eles que, na realidade, são principalmente Kshatriyas; é fácil entender, pelo que acabamos de dizer, que este caso é possível principalmente no Ocidente, especialmente porque a forma religiosa pode ser particularmente adequada. De fato, a combinação de elementos intelectuais e sentimentais que caracteriza esta forma cria uma espécie de domínio misto, onde o conhecimento é considerado muito menos em si mesmo do que em sua aplicação à ação; se a distinção entre "iniciação sacerdotal" e "iniciação real" não é mantida de forma muito clara e rigorosa, então temos um terreno intermediário onde todos os tipos de confusão podem ocorrer, para não mencionar certos conflitos que não seriam sequer concebíveis se o poder temporal tivesse autoridade espiritual pura diante dele[51].

Não temos que procurar aqui qual das duas possibilidades que acabamos de indicar é aquela a que corresponde atualmente o estado religioso do mundo ocidental, e a razão para isso é fácil de entender: uma autoridade religiosa não pode ter a aparência do que chamamos de pura autoridade espiritual, mesmo que tenha a realidade interior dela; houve certamente um tempo em que ela a possuiu, mas ainda

---

[49] Diz-se simbolicamente que os deuses, quando aparecem aos homens, sempre tomam formas que estão relacionadas com a própria natureza daqueles a quem se manifestam.

[50] Esta é novamente a distinção, que já mencionamos acima, de "aqueles que sabem" e "aqueles que acreditam".

[51] O conhecimento "supremo" sendo esquecido, resta apenas um conhecimento "não supremo", não mais devido a uma revolta dos Kshatriyas como no caso que considerámos anteriormente, mas por uma espécie de degeneração intelectual do elemento que corresponde aos Brâhmanes pela sua função, se não pela sua natureza; neste último caso, a tradição não é alterada como no outro, mas apenas diminuída na sua parte superior; o último grau desta degeneração é aquele em que já não existe qualquer conhecimento efectivo, onde a única virtualidade deste conhecimento permanece graças à preservação da "letra", e onde já não existe mais do que a simples crença entre todos indistintamente. Há que acrescentar que os dois casos que separamos aqui teoricamente também podem ser combinados de facto, ou pelo menos ocorrem simultaneamente no mesmo ambiente e, por assim dizer, condicionam-se mutuamente; mas isso não importa, porque, neste ponto, não tencionamos fazer qualquer aplicação a factos específicos.

a possui[52]? Seria ainda mais difícil dizer que, quando a verdadeira intelectualidade se perde tão completamente como nos tempos modernos, é natural que a parte superior e "interior" da tradição se torne cada vez mais oculta e inacessível, já que aqueles que conseguem compreendê-la são apenas uma pequena minoria; queremos, até prova em contrário, admitir que isso pode ser assim e que a consciência da tradição integral, com tudo o que ela implica, ainda existe efetivamente em alguns, por mais poucos que sejam. Além disso, mesmo que essa consciência tivesse desaparecido completamente, continuaria a acontecer que qualquer forma tradicional regularmente constituída, pela mera preservação da "letra" protegida de qualquer alteração, mantenha sempre a possibilidade de sua restauração, que ocorrerá se houver alguns dias, entre os representantes dessa forma tradicional, homens com as aptidões intelectuais requeridas. Seja como for, se, mesmo que de alguma forma, dispuséssemos de dados mais precisos a este respeito, não teríamos de os expor publicamente, a menos que fossemos levados a fazê-lo por circunstâncias excepcionais, e eis a razão: uma autoridade que é apenas religiosa é, no entanto, ainda, no caso mais desfavorável, uma autoridade espiritual relativa; queremos dizer que, sem ser uma autoridade espiritual plenamente eficaz, ela carrega dentro de si a sua virtualidade, que tira da sua origem, e, da mesma forma, pode sempre desempenhar a sua função fora dela[53]; portanto, ela desempenha legitimamente o seu papel em relação ao poder temporal, e deve ser verdadeiramente considerada como tal nas suas relações com ela. Aqueles que compreenderam nosso ponto de vista não terão dificuldade em perceber que, no caso de um conflito entre qualquer autoridade espiritual, mesmo relativa, e um poder puramente temporal, devemos sempre nos colocar em princípio do lado da autoridade espiritual; dizemos em princípio, porque deve ser entendido que não temos intenção de intervir ativamente em tais conflitos, nem especialmente de tomar qualquer parte nas discussões do mundo ocidental, que, além disso, não estaria em nosso papel.

Não faremos, portanto, nos exemplos a seguir, uma distinção entre aqueles em que se trata de pura autoridade espiritual e aqueles em que se trata apenas de relativa autoridade espiritual; consideraremos como autoridade espiritual, em todos os casos, aquele que cumpre socialmente a sua função; e, além disso, as semelhanças impressionantes que todos esses casos presentes, por mais distantes que estejam um do outro na história, justificarão suficientemente essa assimilação. Só teríamos de fazer uma distinção se a questão da posse efectiva da intelectualidade pura surgisse, e de facto não se coloca aqui; do mesmo modo, no que respeita a uma autoridade exclusivamente ligada a uma determinada forma tradicional, teríamos apenas de nos preocupar em delimitar os seus limites, se assim podemos dizer, nos casos em que afirma ir para além deles, e estes casos não são aqueles que estamos actualmente a

---

[52] Esta pergunta corresponde, de uma forma diferente, àquela que fizemos acima sobre a "Igreja que ensina" e a "Igreja que ensina".

[53] Deve-se notar que aqueles que assim cumprem a função externa dos brâmanes, sem realmente terem as qualificações, não são usurpadores para este propósito, como seriam os Kshatriyas revoltados que teriam tomado o lugar dos brâmanes para estabelecer uma tradição desviada; de fato, esta é apenas uma situação devido às condições desfavoráveis de um determinado ambiente, e que assegura a manutenção da doutrina em toda medida compatível com estas condições. Pode-se sempre, mesmo na hipótese mais infeliz, aplicar aqui esta palavra do Evangelho: "Os escribas e fariseus sentam-se no púlpito de Moisés; portanto, observai e fazei tudo o que vos disserem" (*S. Mateus*, XXIII, 2-3).

examinar. Sobre este último ponto, recordaremos o que dissemos acima: o superior "eminentemente" contém o inferior; aquele que é competente dentro de certos limites, definindo seu próprio domínio, é portanto também *a fortiori* competente para tudo abaixo desses mesmos limites, enquanto que, por outro lado, ele já não é competente para tudo além disso; se essa regra muito simples, pelo menos para aqueles que têm uma noção certa de hierarquia, fosse observada e aplicada como deveria ser, nenhuma confusão de domínios e nenhum erro de "jurisdição", para falar dela, nunca ocorreria. Alguns podem ver nas distinções e reservas que acabamos de formular apenas precauções de utilidade questionável, e outros podem ser tentados a atribuí-las no máximo a um valor puramente teórico; mas acreditamos que ainda há outros que compreenderão que, na realidade, são algo muito diferente disso, e os convidaremos a pensar nelas com particular atenção.

CAPÍTULO V

Dependência de royalties no que diz respeito ao sacerdócio

Voltemos agora às relações dos brâmanes e dos kshatriyas na organização social da Índia: os kshatriyas normalmente possuem todo o poder externo, pois o campo de ação, que é o que lhes diz respeito diretamente, é o mundo externo e sensível; mas este poder não é nada sem um princípio interno, puramente espiritual, que incorpora a autoridade dos brâmanes, e no qual ele encontra sua única garantia real. Vemos aqui que a relação entre as duas potências poderia ainda ser representada como a do "interior" e a do "exterior", uma relação que, de facto, simboliza a do conhecimento e da acção, ou, se quiserem, a do "motor" e a do "móvel", para utilizar a ideia que acima delineámos, remetendo aliás para a teoria aristotélica e para a doutrina hindu[54]. É a harmonia entre este "interior" e este "exterior", uma harmonia que não deve de modo algum ser concebida como uma espécie de "paralelismo", porque isto seria ignorar as diferenças essenciais dos dois domínios, é desta harmonia, dizemos, que resulta a vida normal do que se pode chamar a entidade social, sem querer sugerir pelo uso de tal expressão qualquer assimilação da comunidade a um ser vivo, especialmente porque, hoje em dia, alguns abusaram estranhamente dessa assimilação, confundindo com uma verdadeira identidade o que é apenas analogia e correspondência[55].

Em troca da garantia dada ao seu poder pela autoridade espiritual, os Kshatriyas devem, com a ajuda da força à sua disposição, proporcionar aos Brâhmans os meios para realizarem em paz, livres de agitação e agitação, a sua própria função

[54] Poderíamos também aplicar aqui, como fizemos então, a imagem do centro e da circunferência da "roda das coisas".

[55] O ser vivo tem em si mesmo seu princípio de unidade, superior à multiplicidade dos elementos que entram em sua constituição; não há nada disso na comunidade, que não é mais do que a soma dos indivíduos que a compõem; por unidade, uma palavra como a de "organização", quando aplicada a ambos, não pode ser tomada estritamente no mesmo sentido. No entanto, pode-se dizer que a presença da autoridade espiritual introduz na sociedade um princípio superior aos indivíduos, já que essa autoridade, por sua natureza e origem, é ela mesma "supra-individual"; mas isso pressupõe que a sociedade não seja considerada apenas em seu aspecto temporal, e essa consideração, a única que pode torná-la algo mais do que uma mera comunidade no sentido que acabamos de dizer, é precisamente aquela que está mais completamente fora do alcance dos sociólogos contemporâneos que pretendem identificar a sociedade com um ser vivo.

de conhecimento e ensino; é isto que o simbolismo hindu representa sob a figura de Skanda, o Senhor da Guerra, protegendo a meditação de Ganêsha, o Senhor do Conhecimento[56]. Note-se que a mesma coisa foi ensinada, mesmo externamente, na Idade Média Ocidental; com efeito, São Tomás de Aquino declara expressamente que todas as funções humanas estão subordinadas à contemplação como um fim superior, "de modo que, quando consideradas como devem ser, todas parecem estar ao serviço daqueles que contemplam a verdade", e que todo o governo da vida civil tem, em essência, a verdadeira razão de ser para assegurar a paz necessária para esta contemplação. Vemos como isto está longe do ponto de vista moderno, e vemos também que a predominância da tendência para a acção, tal como existe indubitavelmente entre os povos ocidentais, não conduz necessariamente à depreciação da contemplação, ou seja, do conhecimento, pelo menos enquanto estes povos possuírem uma civilização de carácter tradicional, qualquer que seja a forma que a tradição assuma, e que foi aqui uma forma religiosa, daí a nuance teológica que, na concepção de São Tomé, está sempre ligada à contemplação, enquanto no Oriente, é considerada na ordem da pura metafísica.

Por outro lado, na doutrina hindu e na organização social que a aplica, portanto em um povo onde as habilidades contemplativas, entendidas desta vez em um sentido de pura intelectualidade, são claramente preponderantes e são até mesmo geralmente desenvolvidas em um grau que não pode ser encontrado em nenhum outro lugar, o lugar dado aos Kshatriyas, e consequentemente à ação, embora sendo subordinado como deveria normalmente ser, está longe de ser negligenciável, pois inclui tudo o que pode ser chamado de poder aparente. Além disso, como já assinalamos em outra ocasião[57], aqueles que, sob a influência das más interpretações que prevalecem no Ocidente, duvidariam da importância muito real, embora relativa, dada à ação pela doutrina hindu, bem como por todas as outras doutrinas tradicionais, teria apenas de se referir ao *Bhagavad-Gîtâ*, que, não devemos esquecer se quisermos compreender o seu significado, é um daqueles livros que são especialmente destinados ao uso do Kshatriyas e aos quais aludimos acima[58]. Osrâhmans só têm que exercer uma autoridade de alguma forma invisível, que, como tal, pode ser ignorada pelo homem comum, mas que, no entanto, é o princípio imediato de todo o poder visível; essa autoridade é como o pivô em torno do qual giram todas as coisas contingentes, o eixo fixo em torno do qual o mundo realiza sua revolução, o pólo ou o centro imutável que dirige e regula o movimento cósmico sem participar[59].

---

[56] Ganêsha e Skanda são representados como irmãos, sendo ambos filhos de Shiva; é novamente uma forma de expressar que os poderes espirituais e temporais estão baseados num único princípio.

[57] *The Modern World Crisis*, p. 47 (2ª edição).

[58] O *Bhagavad-Gitâ* é apenas um episódio do *Mahâbhârata*, que é um dos dois *Itihâsas*, sendo o outro o *Râmâyana*. Este caráter do *Bhagavad-Gîtâ* explica o uso feito de um simbolismo guerreiro, comparável em alguns aspectos ao da "guerra santa" entre muçulmanos; há também uma maneira "interior" de ler este livro, dando-lhe seu profundo significado, e ele então toma o nome de *Atmâ-Gîtâ*.

[59] O eixo e o pólo são acima de tudo símbolos do princípio único dos dois poderes, como explicamos em nosso estudo sobre *O Rei do Mundo*; mas estes símbolos também podem ser aplicados à autoridade espiritual em relação ao poder temporal, como fazemos aqui, porque esta autoridade, devido ao seu atributo essencial de conhecimento, é de fato parte da imutabilidade do princípio supremo, que é o que estes símbolos expressam fundamentalmente, e também porque, como dissemos acima, representa diretamente este princípio em relação ao mundo exterior.

A dependência do poder temporal da autoridade espiritual tem seu sinal visível na coroação dos reis: eles são realmente "legitimados" somente quando recebem do sacerdócio a investidura e a consagração, implicando a transmissão de uma "influência espiritual" necessária para o exercício regular de suas funções[60]. Esta influência foi às vezes manifestada fora de casa por efeitos claramente perceptíveis, e citaremos como exemplo o poder curativo dos reis da França, que foi de fato diretamente ligado à coroação; não foi transmitido ao rei por seu antecessor, mas ele o recebeu apenas pelo fato da coroação. Isto mostra claramente que esta influência não pertence ao rei por direito próprio, mas é conferida a ele por uma espécie de delegação de autoridade espiritual, uma delegação na qual, como já indicamos acima, consiste propriamente no "direito divino"; o rei é, portanto, apenas o depositário, e conseqüentemente pode perdê-lo em certos casos; é por isso que, no "cristianismo" da Idade Média, o Papa poderia desvincular os sujeitos do seu juramento de fidelidade para com seu soberano[61]. Além disso, na tradição católica, São Pedro é representado segurando em suas mãos, não só a chave dourada do poder sacerdotal, mas também a chave de prata do poder real; essas duas chaves eram, entre os antigos romanos, um dos atributos de Jano, e eram então as chaves dos "grandes mistérios" e dos "pequenos mistérios", que, como explicamos, também correspondem respectivamente à "iniciação sacerdotal" e à "iniciação real"[62]. Deve-se notar, a este respeito, que Jano representa a fonte comum dos dois poderes, enquanto São Pedro é propriamente a encarnação do poder sacerdotal, para a qual as duas chaves são assim transferidas, porque é através dele que o poder real é transmitido, enquanto ele próprio é recebido diretamente da fonte[63].

O que acaba de ser dito define as relações normais de autoridade espiritual e de poder temporal; e, se suas relações estivessem em toda parte e sempre observadas, jamais poderia surgir nenhum conflito entre os dois, ocupando assim o lugar que deveria ser dado um ao outro em virtude da hierarquia das funções e dos seres, uma hierarquia que, insistimos ainda, está estritamente em conformidade com a própria natureza das coisas. Infelizmente, de fato, isso está longe de ser sempre o caso, e essas relações normais têm sido muitas vezes ignoradas e até mesmo invertidas; a este respeito, é importante notar antes de tudo que já é um erro grave considerar simplesmente o espiritual e o temporal como dois termos correlativos ou

[60] Traduzimos por "influência espiritual" a palavra hebraica e árabe *barakah*; o rito da "imposição das mãos" é uma das formas mais comuns de transmitir a *barakah*, e também de produzir certos efeitos, nomeadamente curativos, através dela.

[61] A tradição islâmica também ensina que o *barakah* pode ser perdido; por outro lado, também na tradição do Extremo Oriente, o "mandato do Céu" é revogável quando o soberano não cumpre regularmente as suas funções, em harmonia com a própria ordem cósmica.

[62] São, segundo outro simbolismo, as chaves das portas do "Paraíso celeste" e do "Paraíso terrestre", como se verá no texto de Dante que citaremos mais adiante; mas pode não ser apropriado, pelo menos por enquanto, dar algum tipo de esclarecimento "técnico" sobre o "poder das chaves", nem explicar várias outras coisas que estão mais ou menos diretamente relacionadas a ele. Estamos a referir-nos aqui apenas para que aqueles que possam ter algum conhecimento destas coisas possam ver que estamos perante uma reserva totalmente voluntária, à qual não estamos vinculados por qualquer compromisso com ninguém.

[63] No entanto, existem alguns casos excepcionais relativos à transferência do poder real onde, por razões especiais, ele é conferido diretamente por representantes do poder supremo, a fonte dos outros dois: assim os reis Saul e Davi foram consagrados, não pelo sumo sacerdote, mas pelo profeta Samuel. Isto pode ser comparado com o que dissemos em outro lugar (*O Rei do Mundo*, cap. IV) sobre o tríplice caráter de Cristo como profeta, sacerdote e rei, em relação às respectivas funções dos três Magos, correspondendo à divisão dos "três mundos" que recordamos em uma nota anterior: a função "profética", porque implica inspiração direta, corresponde propriamente ao mundo celeste.

complementares, sem perceber que este último tem seu princípio naquele. Este erro pode ser facilitado tanto mais que, como já dissemos, esta consideração do complementarismo tem também a sua razão de ser num certo sentido, pelo menos no estado de divisão das duas potências, onde uma não tem o seu princípio supremo e último na outra, mas apenas o seu princípio imediato e ainda relativo. Como já dissemos em outro lugar a respeito do conhecimento e da ação [64] , esta complementaridade não é falsa, mas apenas insuficiente, porque corresponde apenas a um ponto de vista que ainda é externo, como é a própria divisão das duas potências, exigida por um estado do mundo em que o único e supremo poder já não está ao alcance da humanidade comum. Poder-se-ia mesmo dizer que, quando diferem, as duas potências necessariamente se apresentam primeiro em sua relação normal de subordinação, e que sua concepção como correlatas só pode aparecer em uma fase posterior da marcha descendente do ciclo histórico; a essa nova fase se referem mais particularmente certas expressões simbólicas que destacam sobretudo o aspecto do complementarismo, embora uma interpretação correta possa fazê-la ainda reconhecer uma indicação da relação de subordinação. Este é em particular o conhecido mas pouco compreendido pedido de desculpas no Ocidente do cego e do paralítico, que num dos seus principais significados representa a relação entre vida activa e vida contemplativa: a acção entregue a si mesma é cega, e a imobilidade essencial do conhecimento é traduzida no exterior por uma imobilidade comparável à do paralítico. O ponto de vista da complementaridade é representado pela ajuda dos dois homens, cada um dos quais substitui o que falta ao outro com as suas próprias faculdades; e, se a origem deste pedido de desculpas, ou pelo menos a consideração mais especial da aplicação que dele se faz desta forma[65], deve estar relacionada com o confucionismo, é fácil compreender que deve ser limitada a este ponto de vista, pelo próprio facto de estar exclusivamente na ordem humana e social. A este respeito, gostaríamos mesmo de salientar que, na China, a distinção entre taoísmo, uma doutrina puramente metafísica, e confucionismo, uma doutrina social, ambos baseados na mesma tradição integral que representa o seu princípio comum, corresponde muito precisamente à distinção entre o espiritual e o temporal[66]; e deve ser acrescentado que a importância da "não-acção" do ponto de vista taoísta é particularmente justificada, para aqueles que a vêem de fora, pelo [67] simbolismo utilizado no apologista em questão. No entanto, é preciso ter cuidado para que, na

---

[64] *The Modern World Crisis*, p. 44 (2ª edição).

[65] Há outra aplicação do mesmo pedido de desculpas, não mais social, mas cosmológico, que se encontra nas doutrinas da Índia, onde pertence ao *Sânkhya*: ali, o paralítico é *Purusha*, como imutável ou "não-agindo", e o cego é *Prakriti*, cuja potencialidade indiferenciada se identifica com a escuridão do caos; eles são de fato dois princípios complementares, como os pólos da manifestação universal, e eles procedem de um único princípio superior, que é o Ser Puro, isto é, *Îshwara*, cuja consideração excede o ponto de vista especial de *Sânkhya*. Para relacionar esta interpretação com a que acabamos de indicar, deve-se notar que uma correspondência analógica de contemplação ou conhecimento com *Purusha* e ação com *Prakriti pode ser* estabelecida; mas não podemos naturalmente entrar aqui na explicação destes dois princípios, e devemos contentar-nos em nos referir ao que expusemos sobre este assunto no *Homem e seu futuro de acordo com o Vêdânta*.

[66] Esta divisão da tradição do Extremo Oriente em dois ramos distintos foi realizada no século VI a.C., um período cujo caráter especial tivemos a oportunidade de destacar em outro lugar (*The Modern World Crisis*, pp. 18-21), e que, além disso, ainda vamos encontrar mais tarde.

[67] Dizemos de fora porque, de dentro, a "não-ação" é na realidade a atividade suprema em toda a sua plenitude; mas, precisamente pelo seu caráter total e absoluto, esta atividade não aparece de fora como atividades particulares, determinadas e relativas.

associação dos dois homens, seja o paralítico o protagonista, e que sua própria posição, montada sobre os ombros do cego, simbolize a superioridade da contemplação sobre a ação, superioridade que Confúcio estava longe de contestar em princípio, como mostra o relato de sua entrevista com Lao-tseu, que nos foi preservada pelo historiador Sse-ma-tsien; e confessou que não tinha "nascido para o conhecimento", isto é, não tinha atingido o conhecimento por excelência, que é o da ordem metafísica pura, e que, como dissemos acima, pertence exclusivamente, por sua própria natureza, aos detentores da verdadeira autoridade espiritual[68].

Se, portanto, é um erro considerar o espiritual e o temporal como meramente correlativos, há outro, ainda mais grave, que consiste em pretender subordinar o espiritual ao temporal, isto é, o conhecimento à ação; este erro, que inverte completamente as relações normais, corresponde à tendência que é, de modo geral, a do Ocidente moderno, e obviamente só pode ocorrer num período de decadência intelectual muito avançada. Hoje, além disso, alguns vão ainda mais longe nesta direção, até a negação do valor próprio do conhecimento como tal, e também, por uma conseqüência lógica, porque as duas coisas estão intimamente ligadas, até a negação pura e simples de qualquer autoridade espiritual; este último grau de degeneração, que implica a dominação das castas mais baixas, é um dos sinais característicos da fase final do *Kali-Yuga*. Se considerarmos a religião em particular, uma vez que esta é a forma especial que o espiritual assume no mundo ocidental, a reversão dos relacionamentos pode ser expressa da seguinte forma: em vez de olharmos para toda a ordem social como derivando da religião, como sendo suspensa dela de alguma forma e tendo nela o seu princípio, como foi no "cristianismo" da Idade Média, e como é também no Islão, que é muito comparável a ele a este respeito, queremos ver na religião de hoje no máximo um dos elementos da ordem social, um elemento entre os outros e no mesmo nível que os outros; É a sujeição do espiritual ao temporal, ou mesmo a absorção deste último no último, enquanto se espera a negação completa do espiritual, que é o resultado inevitável. Com efeito, considerar as coisas desta maneira é necessariamente "humanizar" a religião, queremos dizer tratá-la como um fato puramente humano, de ordem social ou melhor "sociológico" para uns, de ordem psicológica para outros; e então, para ser honesto, já não é religião, porque contém essencialmente algo "sobre-humano", falhando o que já não somos no domínio espiritual, o ser temporal e o ser humano na realidade idênticos no fundo, como já explicamos anteriormente; Esta é, portanto, uma verdadeira negação implícita da religião e do espiritual, quaisquer que sejam as aparências, de modo que a negação explícita e comprovada será menos o estabelecimento de um novo estado das coisas do que o reconhecimento de um facto consumado. Assim, a derrubada dos relatórios prepara diretamente para a supressão do termo superior, até o implica pelo menos virtualmente, assim como a revolta dos Kshatriyas contra a autoridade dos Brâhmans, como veremos, prepara e pede o

[68] Isto mostra que não há oposição de princípio entre o Taoísmo e o Confucionismo, que não são nem podem ser duas escolas rivais, pois cada uma tem seu próprio domínio distinto e distinto; se houve, no entanto, lutas, às vezes violentas, como já mencionamos acima, elas se deveram principalmente ao mal-entendido e exclusivismo dos confucionistas, esquecendo o exemplo que o próprio seu mestre lhes havia dado.

advento das castas mais baixas por assim dizer; e aqueles que têm acompanhado nossa apresentação até agora compreenderão facilmente que há algo mais do que uma simples comparação nesta aproximação.

CAPÍTULO VI

A revolta de Kshatriya

Entre quase todos os povos, em vários momentos, e cada vez mais frequentemente, à medida que nos aproximamos do nosso tempo, os detentores do poder temporal tentaram, como dissemos, tornar-se independentes de qualquer autoridade superior, afirmando ter o seu próprio poder apenas em relação a si mesmos e separar completamente o espiritual do temporal, se não mesmo submetê-lo a ele. Nesta "insubordinação", no sentido etimológico da palavra, há diversos graus, os mais acentuados dos quais são também os mais recentes, como indicamos no capítulo anterior; as coisas nunca foram tão longe no sentido de que nos tempos modernos, e sobretudo não parece que, anteriormente, as concepções que lhes correspondem em vários aspectos se tenham incorporado na mentalidade geral como o fizeram nos últimos séculos. A este respeito, poderíamos repetir, em particular, o que já dissemos noutro lado sobre o "individualismo" como uma característica do mundo moderno[69]: a função de autoridade espiritual é a única que se refere a um domínio supra-individual; assim que esta autoridade é ignorada, é lógico que o individualismo deva aparecer imediatamente, pelo menos como uma tendência, se não uma afirmação bem definida, uma[70] vez que todas as outras funções sociais, começando com a função "governamental", que é a do poder temporal, são de uma ordem puramente humana, e que o individualismo é precisamente a redução de toda a civilização aos elementos humanos sozinhos. O mesmo é verdade para o "naturalismo", como indicamos acima: a autoridade espiritual, estando ligada ao conhecimento metafísico e transcendental, tem apenas um caráter verdadeiramente "sobrenatural"; tudo o mais é de uma ordem natural ou "física", como apontamos em relação ao tipo de conhecimento que é principalmente, em uma civilização tradicional, a prerrogativa do Kshatriyas. Além disso, o individualismo e o naturalismo estão intimamente ligados, porque são basicamente apenas dois aspectos que tomam uma e a mesma coisa, dependendo se o consideramos em relação ao homem ou ao mundo; e poderíamos observar, de maneira muito geral, que o

[69] *The Modern World Crisis*, ch. V.

[70] Esta afirmação, qualquer que seja a sua forma, não passa de uma negação mais ou menos oculta, a negação de qualquer princípio superior à individualidade.

aparecimento de doutrinas "naturalistas" ou anti-metafísicas ocorre quando o elemento que representa o poder temporal tem precedência, em uma civilização, sobre o que representa a autoridade espiritual[71].

Foi o que aconteceu na própria Índia, quando os Kshatriyas já não se contentaram em ocupar a segunda posição na hierarquia das funções sociais, embora essa segunda posição incluísse o exercício de todo o poder externo e visível, rebelaram-se contra a autoridade dos brâmanes e quiseram libertar-se de qualquer dependência deles. Aqui, a história confirma de forma impressionante o que dissemos acima, que o poder temporal se arruína ao ignorar sua subordinação à autoridade espiritual, porque, como tudo o que pertence ao mundo da mudança, não pode ser auto-suficiente, a mudança é inconcebível e contraditória sem um princípio imutável. Qualquer concepção que negue o imutável, ao colocar todo o ser no "tornar-se", encerra em si um elemento de contradição; tal concepção é eminentemente anti-metafísica, já que o domínio metafísico é precisamente o do imutável, do que está além da natureza ou do "tornar-se"; e também poderia ser chamado "temporal", para indicar que seu ponto de vista é exclusivamente o da sucessão; deve-se também notar que o próprio uso desta palavra "temporal", quando se aplica ao poder assim designado, pretende significar que este poder não se estende além do que está envolvido na sucessão, o que está sujeito a mudança. As teorias "evolucionistas" modernas, em suas várias formas, não são os únicos exemplos do erro de colocar toda a realidade em "tornar-se", embora lhe tenham dado uma nuance especial, introduzindo a idéia recente de "progresso"; teorias deste tipo existem desde a antiguidade, especialmente entre os gregos, e este era também o caso de certas formas de budismo[72], que devemos considerar como formas degeneradas ou desviadas, embora, no Ocidente, tenhamos nos acostumado a considerá-las como representando o "budismo original". Na verdade, quanto mais estudamos de perto o que é possível saber sobre ele, mais ele parece ser diferente da idéia que os orientalistas geralmente têm dele; em particular, parece bem estabelecido que ele não envolveu de forma alguma a negação do *Âtmâ* ou do "Self", ou seja, o princípio permanente e imutável do ser, que é precisamente o que temos em mente aqui. Se esta negação foi mais tarde introduzida em algumas escolas do budismo indiano pelo rebelde Kshatriyas ou sob a sua inspiração, ou se eles só queriam usá-la para os seus próprios fins, isso é o que não vamos procurar decidir, porque não importa realmente, e as consequências são as mesmas em todos os casos[73]. De facto, vimos, através do que apresentámos, a ligação

---

[71] Outro fato curioso, que só podemos assinalar de passagem, é o importante papel desempenhado mais freqüentemente por um elemento feminino, ou simbolicamente representado como tal, nas doutrinas dos kshatriyas, sejam elas doutrinas regularmente constituídas para seu uso ou as concepções heterodoxas que elas mesmas prevalecem; vale mesmo a pena notar, a este respeito, que a existência de um sacerdócio feminino entre certos povos parece estar ligada à dominação da casta guerreira. Este fato pode ser explicado, por um lado, pela preponderância do elemento "rajásico" e emocional entre os Kshatriyas, e especialmente, por outro lado, pela correspondência do feminino, na ordem cósmica, com *Prakriti* ou a "Natureza primordial", o princípio do "tornar-se" e a mutação temporal.

[72] É por isso que os budistas nestas escolas receberam o epíteto de *sarva-vainâshikas*, ou seja, "aqueles que apoiam a dissolubilidade de todas as coisas"; esta dissolubilidade é, em suma, um equivalente ao "fluxo universal" ensinado por certos "filósofos físicos" da Grécia.

[73] Não se pode argumentar, contra o que estamos aqui a dizer sobre o budismo original e um desvio subsequente, que o próprio Shakya-Muni pertencia, por nascimento, à casta Kshatriya, porque este facto pode muito legitimamente ser explicado pelas condições especiais de um determinado período, condições resultantes de leis cíclicas. A este respeito, pode-se também notar que Cristo também descende não da tribo sacerdotal de Levi, mas da tribo real de Judá.

muito directa que existe entre a negação de qualquer princípio imutável e a da autoridade espiritual, entre a redução de qualquer realidade ao "tornar-se" e a afirmação da supremacia do Kshatriyas; e há que acrescentar que, ao sujeitar todo o ser à mudança, o reduzimos da mesma forma ao indivíduo, porque o que torna possível superar a individualidade, o que é transcendente em relação a ela, só pode ser o princípio imutável do ser; podemos, portanto, ver aqui muito claramente esta solidariedade de naturalismo e individualismo que mencionámos anteriormente[74].

Mas a revolta foi além de seu propósito, e os Kshatriyas não estavam no controle de parar, no ponto exato onde eles poderiam ter se aproveitado dela, o movimento que eles haviam desencadeado assim; foram as castas mais baixas que realmente se beneficiaram dela, e isso é fácil de entender, porque uma vez que você tenha entrado em tal inclinação, é impossível não descê-la até o fim. A negação de *Âtmâ* não era a única que tinha sido introduzida no budismo desviado; havia também a da distinção de castas, base de toda a ordem social tradicional; e esta negação, dirigida em primeiro lugar contra os Brâhmans, logo se virou contra os próprios Kshatriyas[75]. Com efeito, uma vez que a hierarquia é negada em seu próprio princípio, não está claro como qualquer casta poderia manter sua supremacia sobre outras, nem mesmo em nome do que pretende impor; qualquer um, nessas condições, pode considerar que tem tantos direitos ao poder quanto qualquer outro, desde que tenha a força material necessária para apreendê-la e exercê-la de fato; e, se é apenas uma questão de força material, não é óbvio que ela deve ser encontrada até o mais alto grau nos elementos que são tanto os mais numerosos quanto, pelas suas funções, os mais distantes de qualquer preocupação, ainda que indireta, pela espiritualidade? Pela negação das castas, a porta estava portanto aberta a toda a usurpação; também os homens da última casta, os Shûdras, podiam aproveitar-se dela; de facto, alguns deles eram por vezes vistos a tomar a realeza e, por uma espécie de "choque em troca" que estava na lógica dos acontecimentos, privando os Kshatriyas do poder que lhes pertencia inicialmente legitimamente, mas cuja legitimidade eles quase se tinham destruído[76].

---

[74] Pode-se também notar que as teorias do "tornar-se" tendem muito naturalmente para um certo "fenomenismo", embora, além disso, o "fenomenismo" no sentido mais estrito seja, de fato, apenas uma coisa muito moderna.

[75] Não se pode dizer que o próprio Buda negou a distinção de castas, mas apenas que ele não teve que levá-la em conta, porque o que ele realmente tinha em mente era a constituição de uma ordem monástica, dentro da qual esta distinção não se aplicava; foi apenas quando foi alegado estender esta ausência de distinção à sociedade externa que ela se tornou uma verdadeira negação.

[76] Um governo em que os homens de casta inferior reivindicam o título e as funções da realeza é o que os antigos gregos chamavam de "tirania"; o significado primitivo desta palavra está, como podemos ver, muito longe daquele que tinha entre os povos modernos, que a usam antes como sinônimo de "despotismo".

CAPÍTULO VII

A usurpação da realeza
e as suas consequências

Às vezes se diz que a história se repete, o que é falso, pois não pode haver dois seres ou eventos no universo que sejam estritamente semelhantes entre si em todos os aspectos; se fossem, não seriam mais dois, mas, coincidindo em tudo, se fundiriam pura e simplesmente, de modo que seria apenas um e o mesmo ser ou um e o mesmo evento[77]. A repetição de possibilidades idênticas implica também uma suposição contraditória, a de uma limitação da possibilidade universal e total, e, como já explicamos em outro lugar com todos os desenvolvimentos necessários[78], isso é o que torna possível refutar teorias como as da "reencarnação" e do "eterno retorno". Mas outra opinião não menos falsa é aquela que, no extremo oposto a esta, consiste em afirmar que os fatos históricos são totalmente diferentes, que não há nada em comum entre eles; a verdade é que sempre há diferenças em alguns aspectos e semelhanças em outros, e que, como há tipos de seres na natureza, há também, neste campo, bem como em todos os outros, tipos de fatos; em outras palavras, há fatos que são, em várias circunstâncias, manifestações ou expressões da mesma lei. É por isso que às vezes encontramos situações comparáveis, e que, se negligenciamos as diferenças para reter apenas os pontos de semelhança, podem dar a ilusão de uma repetição; na realidade, nunca há identidade entre diferentes períodos da história, mas há correspondência e analogia, lá como entre ciclos cósmicos ou entre os múltiplos estados de um ser; e, como diferentes seres podem passar por fases comparáveis, sujeitas às modalidades específicas da natureza de cada um deles, o mesmo se aplica aos povos e civilizações.

Assim, como dissemos acima, apesar das grandes diferenças, há uma analogia indiscutível, e talvez nunca suficientemente notada, entre a organização social da Índia e a da Idade Média Ocidental; entre as castas de uma e as classes da outra, há apenas uma correspondência, não uma identidade, mas esta correspondência é, no

[77] Isto é o que Leibnitz chamou de "princípio do indistinguível"; como já tivemos a oportunidade de assinalar, Leibnitz, ao contrário de outros filósofos modernos, tinha alguns dados tradicionais, fragmentados, que eram insuficientes para lhe permitir superar certas limitações.

[78] *O Erro Espiritual*, Parte [2], Capítulo VI.

entanto, muito importante, porque pode servir para mostrar, com particular clareza, que todas as instituições de um carácter verdadeiramente tradicional têm os mesmos fundamentos naturais e diferem em suma apenas por uma necessária adaptação às diferentes circunstâncias de tempo e lugar. Note-se, além disso, que não temos qualquer intenção de sugerir com isto a ideia de um empréstimo que a Europa, nessa altura, teria feito directamente à Índia, o que seria bastante improvável; estamos apenas a dizer que há duas aplicações do mesmo princípio e, basicamente, isso só interessa, pelo menos do ponto de vista em que nos encontramos actualmente. Por conseguinte, reservamo-nos a questão de uma origem comum, que, em todo o caso, só se poderia encontrar, certamente, se recuássemos muito no passado; esta questão estaria ligada à da filiação das várias formas tradicionais baseadas na grande tradição primordial, e isto é, como podemos facilmente compreender, algo extremamente complexo. No entanto, apontamos essa possibilidade porque não pensamos que, de fato, tais similaridades precisas possam ser explicadas de maneira totalmente satisfatória fora de uma transmissão regular e eficaz, e também porque encontramos muitas outras pistas concordantes na Idade Média, que mostram claramente que ainda havia no Ocidente uma ligação consciente, pelo menos para alguns, com o verdadeiro "centro do mundo", a única fonte de todas as tradições ortodoxas, enquanto que, por outro lado, já não vemos nada disso nos tempos modernos.

Na Europa, encontramos também, desde a Idade Média, o análogo da revolta Kshatriya; encontramo-lo ainda mais particularmente em França, onde, de Filipe a Feira, que deve ser considerado como um dos principais autores do desvio característico da era moderna, a realeza trabalhou quase constantemente para se tornar independente da autoridade espiritual, embora preservando, por uma ilogicidade singular, a marca externa da sua dependência original, uma vez que, como já explicámos, a coroação de reis não era outra coisa. Os "peritos forenses" de Philippe le Bel já eram, muito antes dos "humanistas" renascentistas, os verdadeiros precursores do actual "secularismo"; e foi nessa altura, isto é, no início do século XIV, que a ruptura do mundo ocidental com a sua própria tradição teve de ser trazida à luz da realidade. Por razões que seriam longas demais para explicar aqui, e que indicamos em outros estudos[79], acreditamos que o ponto de partida desta ruptura foi marcado muito claramente pela destruição da Ordem do Templo; recordaremos apenas que ele constituía um elo entre o Oriente e o Ocidente, e que, no próprio Ocidente, pelo seu carácter dual religioso e guerreiro, era uma espécie de elo de ligação entre o espiritual e o temporal, ainda que este carácter dual não devesse ser interpretado como um sinal de uma relação mais directa com a fonte comum das duas potências[80]. Pode ser tentador objetar que esta destruição, se foi pretendida pelo Rei da França, foi pelo menos realizada de acordo com o Papado; a verdade é que ela foi imposta ao Papado, que é bem diferente; e assim, revertendo relações normais, o poder temporal então começou a usar autoridade espiritual para seus propósitos de dominação política. Provavelmente ainda será dito que o fato de que essa autoridade espiritual foi subjugada dessa maneira prova que ela já não era mais o que deveria ter

---

[79] Veja em particular *o Esoterismo de Dante.*

[80] Vejam, a este respeito, nosso estudo sobre *São Bernardo*; destacamos que os dois personagens do monge e do cavaleiro estavam unidos em São Bernardo, autor da regra da Ordem do Templo, descrita por ele como "milícia de Deus", e com isso se explica o papel que ele tinha de desempenhar constantemente como conciliador e árbitro entre poder religioso e poder político.

sido, e que seus representantes já não estavam plenamente conscientes de seu caráter transcendente; Isto é verdade, e é o que explica e justifica, neste momento, a invectiva, por vezes violenta, de Dante para com eles; mas o fato é que, em relação ao poder temporal, era, no entanto, autoridade espiritual, e que foi dela que ele derivou a sua legitimidade. Os representantes do poder temporal não estão, como tal, habilitados a reconhecer se a autoridade espiritual correspondente à forma tradicional a que pertencem possui ou não a plenitude da sua realidade atual; são mesmo incapazes de o fazer por definição, pois a sua competência está limitada a um domínio inferior; seja qual for a autoridade, se ignorarem a sua subordinação a ela, comprometem a sua legitimidade. É necessário, portanto, ter o cuidado de distinguir a questão do que pode ser a autoridade espiritual em si mesma, em tal e tal tempo de sua existência, da sua relação com o poder temporal; o segundo é independente do primeiro, que diz respeito apenas àqueles que exercem funções sacerdotais ou que normalmente seriam qualificados para exercê-las; e, mesmo que esta autoridade, por culpa dos seus representantes, tivesse perdido completamente o "espírito" da sua doutrina, a mera preservação do depósito da "letra" e as formas externas em que esta doutrina está contida de alguma forma continuariam a assegurar-lhe o poder necessário e suficiente para exercer validamente a sua supremacia sobre o tempo[81], porque esta supremacia está ligada à própria essência da autoridade espiritual e pertence a ela enquanto permanecer regularmente, por mais diminuída que seja em si mesma, sendo o menor fragmento de espiritualidade ainda incomparavelmente superior a tudo o que pertence à ordem temporal. Daqui decorre que, enquanto a autoridade espiritual pode e deve sempre controlar o poder temporal, ela própria não pode ser controlada por nada mais, pelo menos externamente[82]; tão chocante que tal afirmação pode parecer à maioria dos nossos contemporâneos, não hesitamos em declarar que ela é apenas a expressão de uma verdade inegável[83].

Mas voltemos a Philippe le Bel, que nos dá um exemplo particularmente típico do que nos propomos explicar aqui: vale a pena notar que Dante atribui a "ganância", que[84]é um vício, não de Kshatriya, mas de Vaishya, às suas ações como motivo;

---

[81] Este caso é comparável ao de um homem que herdou uma cassete fechada contendo um tesouro e que, incapaz de o abrir, ignoraria a verdadeira natureza do mesmo; este homem seria, no entanto, o autêntico possuidor do tesouro; a perda da chave não lhe retiraria a propriedade e, se certas prerrogativas externas estivessem ligadas a essa propriedade, conservaria sempre o direito de as exercer; mas, por outro lado, é óbvio que, no que lhe diz respeito pessoalmente, não poderia, nestas condições, gozar efectivamente do pleno gozo do seu tesouro.

[82] Essa reserva diz respeito ao princípio supremo do espiritual e do temporal, que está além de todas as formas particulares, e cujos representantes diretos, obviamente, têm o direito de controlar ambos os campos; mas a ação deste princípio supremo, no estado atual do mundo, não é visivelmente exercida, de modo que se pode dizer que toda autoridade espiritual parece ser suprema fora, mesmo que seja apenas o que chamamos de autoridade espiritual relativa, e mesmo que, neste caso, tenha perdido a chave da forma tradicional pela qual é responsável.

[83] O mesmo vale para a "infalibilidade pontifícia", cujo anúncio suscitou tantos protestos devido simplesmente à incompreensão moderna, à incompreensão que, além disso, tornou ainda mais indispensável a sua afirmação explícita e solene: um autêntico representante de uma doutrina tradicional é necessariamente infalível quando fala em nome dessa doutrina; e é preciso ter presente que essa infalibilidade está assim ligada, não à individualidade, mas à função. Assim, no Islão, cada *mufti* é infalível como intérprete autorizado da *shariyah*, isto é, da legislação baseada essencialmente na religião, embora a sua competência não se estenda a uma ordem mais interior; os Orientais poderiam, portanto, ficar surpreendidos, não que o Papa seja infalível no seu campo, que não pode fazer por eles a menor dificuldade, mas sim que ele está sozinho em estar assim em todo o Ocidente.

[84] Esta é a razão, não só para a destruição da Ordem do Templo, mas também, mais visivelmente ainda, para o que tem sido chamado de alteração de moedas, e estes dois fatos estão talvez mais estreitamente ligados do que se poderia supor à primeira vista; em qualquer caso, se os contemporâneos de Filipe a Feira fizeram desta alteração um crime, deve-se

pode-se dizer que os Kshatriyas, assim que se colocam em estado de revolta, se degradam de certa forma e perdem seu próprio caráter para tomar o de uma casta inferior. Poder-se-ia mesmo acrescentar que esta degradação deve inevitavelmente acompanhar a perda de legitimidade: se os Kshatriyas são, por sua culpa, privados do seu direito normal ao exercício do poder temporal, é porque não são verdadeiros Kshatriyas, queremos dizer que a sua natureza já não é tal que os torne capazes de cumprir a sua própria função. Se o rei já não se contenta em ser o primeiro dos Kshatriyas, isto é, o chefe da nobreza, e em desempenhar o papel "regulador" que lhe pertence a este respeito, perde a sua razão de ser essencial e, ao mesmo tempo, contrasta com esta nobreza de que era apenas a emanação e a expressão mais completa. Assim, vemos a realeza, para "centralizar" e absorver nela os poderes que pertencem coletivamente a toda a nobreza, entrar em luta com ela e trabalhar incansavelmente para destruir o sistema feudal, do qual ela se originou; só poderia fazê-lo confiando no terceiro estado, que corresponde aos Vaishyas; e é por isso que também vemos, precisamente desde Filipe a Feira, que os reis da França se rodeiam quase constantemente da burguesia, especialmente aqueles que, como Luís XI e Luís XIV, levaram o trabalho de "centralização" mais longe, cujo benefício a burguesia estava então a colher quando tomou o poder pela Revolução.

A "centralização" temporal é geralmente a marca de uma oposição à autoridade espiritual, cuja influência os governos tentam neutralizar desta forma para substituir a sua própria; é por isso que a forma feudal, que é aquela em que os Kshatriyas podem exercer plenamente as suas funções normais, é ao mesmo tempo aquela que parece mais adequada para a organização regular de civilizações tradicionais, como era na Idade Média. A era moderna, que é a de uma ruptura com a tradição, poderia, em termos políticos, ser caracterizada pela substituição do sistema feudal pelo sistema nacional; e foi no século XIV que as "nacionalidades" começaram a se constituir, através desse trabalho de "centralização" que acabamos de mencionar. É verdade que a formação da "nação francesa", em particular, foi obra dos reis; mas eles, da mesma forma, prepararam sem saber a sua própria ruína[85]; e, se a França foi o primeiro país da Europa onde a realeza foi abolida, foi porque foi em França que a "nacionalização" teve o seu ponto de partida. Além disso, não é necessário recordar quão ferozmente "nacionalista" e "centralizadora" foi a Revolução, e também que uso verdadeiramente revolucionário foi feito ao longo do século XIX do chamado "princípio das nacionalidades"; há, portanto, uma contradição bastante singular no "nacionalismo" exibido hoje por alguns opositores declarados da Revolução e do seu trabalho. Mas o ponto mais interessante para nós no momento é este: a formação de "nacionalidades" é essencialmente um dos episódios na luta do temporal contra o espiritual; e, se quisermos chegar ao fundo das coisas, podemos dizer que foi precisamente por isso que foi fatal para a realeza, que, embora parecesse realizar

---

concluir que, ao mudar o título da moeda por sua própria iniciativa, ele estava excedendo os direitos concedidos ao poder real. Esta é uma indicação a lembrar, porque esta questão do dinheiro tinha, na antiguidade e na Idade Média, aspectos completamente ignorados pelas pessoas modernas, que se confinavam ao simples ponto de vista "económico"; Assim, observou-se que, entre os celtas, os símbolos das moedas só podem ser explicados se estiverem relacionados com o conhecimento doutrinário específico dos druidas, o que implica uma intervenção directa destes últimos neste domínio; e este controlo da autoridade espiritual teve de ser perpetuado até ao final da Idade Média.

[85] À luta da realeza contra a nobreza feudal, pode-se aplicar estritamente esta palavra do Evangelho: "Toda casa dividida contra si mesma perecerá".

todas as suas ambições, estava apenas em ruínas[86].

Há uma espécie de unificação política e, portanto, uma unificação completamente externa, que implica uma falta de conhecimento, se não de negação, dos princípios espirituais que só eles podem criar a verdadeira e profunda unidade de uma civilização, e as "nacionalidades" são um exemplo disso mesmo. Na Idade Média, havia, para todo o Ocidente, uma verdadeira unidade, fundada sobre bases de uma ordem estritamente tradicional, que era a do "cristianismo"; quando estas unidades secundárias, de uma ordem puramente política, isto é, temporal e não mais espiritual, foram formadas, essa grande unidade do Ocidente foi irremediavelmente quebrada, e a existência efetiva do "cristianismo" terminou. As nações, que são apenas os fragmentos dispersos do antigo "cristianismo", as falsas unidades substituídas pela verdadeira unidade pela vontade de dominar o poder temporal, só podiam viver, pelas próprias condições de sua constituição, opondo-se umas às outras, lutando constantemente umas contra as outras em todos os níveis[87]; o espírito é unidade, a matéria é multiplicidade e divisão, e quanto mais se afasta da espiritualidade, mais os antagonismos se intensificam e crescem. Ninguém pode contestar que as guerras feudais, bem localizadas e, além disso, sujeitas a regulamentação restritiva pela autoridade espiritual, não foram nada em comparação com as guerras nacionais, que levaram, com a Revolução e o Império, a "nações armadas", [88] e que hoje temos visto novos desenvolvimentos que são muito desconfortáveis para o futuro.

Por outro lado, a constituição de "nacionalidades" tornou possíveis tentativas genuínas de subjugar o espiritual ao temporal, implicando uma completa inversão das relações hierárquicas entre os dois poderes; esta subjugação encontra a sua expressão mais definida na ideia de uma Igreja "nacional", isto é, subordinada ao Estado e fechada dentro dos seus limites; e o próprio termo "religião de Estado", sob a sua aparência voluntária e equívoca, não significa nada mais no seu cerne: é a religião que o governo temporal usa como meio para assegurar a sua dominação; é a religião reduzida a não ser mais do que um simples fator da ordem social[89]. Essa idéia de uma Igreja "nacional" surgiu pela primeira vez nos países protestantes, ou, melhor ainda, talvez fosse sobretudo para perceber que o protestantismo foi gerado, pois parece que Lutero dificilmente foi, pelo menos politicamente, um instrumento das ambições de alguns príncipes alemães, e é altamente provável que, sem ela, mesmo que sua revolta contra Roma tivesse ocorrido, as consequências teriam sido tão insignificantes quanto as de muitos outros dissidentes individuais que foram apenas

---

[86] Onde a realeza foi capaz de se manter tornando-se "constitucional", ela não é mais do que uma sombra de si mesma e tem pouco mais do que uma existência nominal e "representativa", como expressa na conhecida fórmula segundo a qual "o rei governa, mas não governa"; é realmente apenas uma caricatura da antiga realeza.

[87] É por isso que a ideia de uma "sociedade das nações" só pode ser uma utopia sem alcance real; a forma nacional é essencialmente repugnante ao conhecimento de qualquer unidade superior à sua; além disso, nas concepções que estão surgindo atualmente, ela seria obviamente apenas uma unidade de uma ordem exclusivamente temporal, portanto ainda mais ineficaz, e que nunca poderia ser outra coisa senão uma paródia da verdadeira unidade.

[88] Como já assinalamos em outro lugar (*The Modern World Crisis*, pp. 104-105), ao forçar todos os homens a participar indiscriminadamente das guerras modernas, a distinção essencial das funções sociais é completamente ignorada; esta é, além disso, uma consequência lógica do "igualitarismo".

[89] Esta concepção pode ser realizada de outras formas que não a de uma Igreja "nacional" propriamente dita; há um dos exemplos mais marcantes de um regime como o Napoleônico "Concordata", que transforma os sacerdotes em funcionários públicos do Estado, que é uma verdadeira monstruosidade.

incidentes sem futuro. A Reforma é o sintoma mais aparente da ruptura da unidade espiritual do "cristianismo", mas não foi ela que começou, como dizia José de Maistre, a "rasgar o manto sem costura"; essa ruptura foi então um fato consumado há muito tempo, já que, como dissemos, o seu início remonta a dois séculos antes; e uma observação semelhante poderia ser feita sobre o Renascimento, que, por uma coincidência onde não há nada de fortuito, ocorreu mais ou menos ao mesmo tempo que a Reforma, e apenas quando o conhecimento tradicional da Idade Média estava quase inteiramente perdido. O protestantismo era, portanto, a este respeito, mais um resultado do que um ponto de partida; mas se era na realidade acima de tudo o trabalho de príncipes e governantes, que o usaram principalmente para fins políticos, as suas tendências individualistas logo se voltaram contra eles, porque eles prepararam diretamente o caminho para as concepções democráticas e igualitárias da era atual[90].

Voltando ao tema da sujeição da religião ao Estado, na forma que acabamos de indicar, seria um erro acreditar que não haveria exemplos disso fora do protestantismo[91]: Se o cisma anglicano de Henrique VIII é o mais completo sucesso na constituição de uma Igreja "nacional", o próprio Galicanismo, como Louis XIV foi capaz de concebê-lo, não foi outra coisa em absoluto; Se essa tentativa tivesse sido bem sucedida, o apego a Roma teria sem dúvida permanecido na teoria, mas, praticamente, seus efeitos teriam sido completamente anulados pela interposição do poder político, e a situação não teria sido significativamente diferente na França do que poderia ser na Inglaterra se as tendências da fração "ritualística" da Igreja Anglicana prevalecessem permanentemente[92]. O protestantismo, nas suas várias formas, levou as coisas ao extremo; mas não foi só nos países onde se estabeleceu que a realeza destruiu o seu próprio "direito divino", ou seja, a única base real da sua legitimidade e, ao mesmo tempo, a única garantia da sua estabilidade; De acordo com o que acaba de ser explicado, a realeza francesa, sem ir tão longe a ponto de fazer uma ruptura tão clara com a autoridade espiritual, teve em suma, por outros meios, mais indiretos, agiu exatamente da mesma maneira, e mesmo parece que ele tinha sido o primeiro a embarcar neste caminho, os seus apoiadores que fazem dela uma espécie de glória parecem estar pouco conscientes das consequências que essa atitude trouxe e que ela não poderia trazer. A verdade é que foi a realeza que, inconscientemente, abriu o caminho para a Revolução, e que a Revolução, ao destruí-la, só foi mais longe na direção da desordem em que havia começado a se envolver. Na verdade, em todo o mundo ocidental, a burguesia conseguiu tomar o poder, no qual a realeza o tinha primeiro de tudo indevidamente envolvido; não importa se depois aboliu a realeza como na França, ou se permitiu que ela permanecesse nominalmente como na Inglaterra ou em qualquer outro lugar; o resultado é o mesmo em todos os casos, e é o triunfo da "economia", sua supremacia abertamente

[90] Deve-se notar que o protestantismo suprime o clero, e se ele afirma manter a autoridade da Bíblia, ele realmente a destrói através de um "exame livre".

[91] Não estamos aqui considerando o caso da Rússia, que é algo especial e deveria dar origem a distinções que complicariam nossa apresentação desnecessariamente; não obstante, é verdade que também aqui encontramos a religião estatal "no sentido de que a definimos; mas as ordens monásticas pelo menos conseguiram escapar até certo ponto da subordinação do espiritual ao temporal, enquanto nos países protestantes, sua supressão tornou essa subordinação tão completa quanto possível.

[92] Deve-se também notar que existe uma estreita semelhança entre as duas denominações de "anglicanismo" e "galicanismo", o que corresponde bem à realidade.

proclamada. Mas à medida que afundamos na materialidade, a instabilidade aumenta, as mudanças ocorrem mais e mais rapidamente; assim, o reinado da burguesia só pode durar por um tempo relativamente curto, comparado com o do regime ao qual ela teve sucesso; e, como a usurpação chama usurpação, depois da Vaishyas, são agora os Shûdras que, por sua vez, aspiram à dominação: este é, muito exatamente, o significado do bolchevismo. A este respeito, não queremos fazer quaisquer previsões, mas provavelmente não seria muito difícil tirar certas conclusões para o futuro a partir do exposto anteriormente: se os elementos sociais mais baixos chegarem ao poder de uma forma ou de outra, o seu reinado será provavelmente o mais curto de todos, e marcará a última fase de um determinado ciclo histórico, uma vez que não é possível ir mais baixo; se mesmo um tal evento não tem um alcance mais geral, é portanto de supor que, pelo menos para o Ocidente, será o fim do período moderno.

Um historiador que confiasse nos dados que fornecemos poderia, sem dúvida, desenvolver estas considerações quase indefinidamente, buscando fatos mais específicos que ainda trariam à tona, de forma muito precisa, o que queríamos mostrar principalmente aqui[93]: esta pouco conhecida responsabilidade do poder real na origem de toda desordem moderna, este primeiro desvio, nas relações do espiritual e do temporal, que inevitavelmente tiveram que conduzir todos os outros. Quanto a nós, este não pode ser o nosso papel; tentámos dar apenas exemplos destinados a lançar luz sobre uma apresentação sumária; temos, pois, de nos cingir às grandes linhas da história e limitar-nos às indicações essenciais que emergem da própria sequência dos acontecimentos.

[93] Poderia ser interessante, por exemplo, estudar especialmente deste ponto de vista o papel de Richelieu, que trabalhou duro para destruir os últimos vestígios do feudalismo, e que, ao lutar contra os protestantes por dentro, se aliou a eles por fora contra o que ainda poderia restar do Santo Império, isto é, contra os sobreviventes do antigo "cristianismo".

CAPÍTULO VIII

Paraíso Terrestre e Paraíso Celestial

A constituição política do "cristianismo" medieval foi, dissemos, essencialmente feudal; teve sua coroação em uma função, verdadeiramente suprema na ordem temporal, que era a do Imperador, que tinha que ser em relação aos reis o que os reis, por sua vez, eram em relação aos seus vassalos. Deve-se dizer, além disso, que esta concepção do Santo Império permaneceu um tanto teórica e nunca foi completamente realizada, provavelmente por causa dos próprios Imperadores, que, perdidos pela extensão do poder conferido a eles, foram os primeiros a contestar sua subordinação à autoridade espiritual, da qual eles, no entanto, detinham seu poder assim como os outros governantes, e ainda mais diretamente[94]. Isto foi o que foi chamado a discussão do Sacerdócio e do Império, cujas várias vicissitudes são suficientemente bem conhecidas que não é necessário recordá-las aqui, mesmo sumariamente, especialmente porque os detalhes desses fatos não importam para o que propomos; o que é mais interessante é entender o que o Imperador deveria ter sido realmente, e também o que poderia ter dado origem ao erro que o fez tomar sua supremacia relativa para a supremacia absoluta.

A distinção entre o Papado e o Império provinha, de certa forma, de uma divisão de poderes que, na Roma antiga, tinha sido reunida numa só pessoa, pois, na época, o *Imperador* era ao mesmo tempo *Pontifex Maximus*[95]; além disso, não temos de procurar uma explicação, neste caso especial, para este encontro entre o espiritual e o temporal, o que nos levaria a considerações bastante complexas[96]. Em todo o caso, o Papa e o Imperador não eram assim, precisamente, "as duas metades de Deus" como escreveu Victor Hugo, mas muito mais exactamente as duas metades deste

[94] O Santo Império começa com Carlos Magno, e sabemos que foi o Papa que lhe conferiu dignidade imperial; seus sucessores não poderiam ser legitimados de outra forma que não fosse ele mesmo.

[95] É muito notável que o Papa tenha sempre guardado este título de *Pontifex Maximus*, cuja origem é tão obviamente estranha ao Cristianismo e muito antes; este facto é um daqueles que deveriam sugerir, àqueles que são capazes de pensar, que o chamado "paganismo" tinha de facto um carácter muito diferente daquele que se aceitou dar.

[96] O Imperador Romano aparece de certa forma como um Kshatriya exercendo, para além da sua própria função, a função de um Brâhmane; parece, portanto, que existe ali uma anomalia, e deve ser visto se a tradição romana não tem um carácter particular que permita considerar este facto de outra forma que não seja uma simples usurpação. Por outro lado, é duvidoso que os imperadores fossem, em sua maioria, realmente "qualificados" do ponto de vista espiritual; mas às vezes é necessário distinguir entre o representante "oficial" da autoridade e seus atuais detentores, e é suficiente que estes o inspirem, mesmo que ele não seja um deles, para que as coisas sejam o que devem ser.

Cristo Jano, a quem certas figuras nos mostram segurando numa mão uma chave e na outra um ceptro, respectivos emblemas dos dois poderes sacerdotais e reais unidos nele como no seu princípio comum[97]. Esta assimilação simbólica de Cristo a Jano, como princípio supremo dos dois poderes, é o sinal mais claro de uma certa continuidade tradicional, muitas vezes ignorada ou negada por preconceitos, entre a Roma antiga e a Roma cristã; e não se deve esquecer que, na Idade Média, o Império era "romano" como o Papado. Mas essa mesma figuração também nos dá a razão para o erro que acabamos de apontar, que seria fatal para o Império: este erro consiste em considerar como equivalentes as duas metades de Jano, que são de facto equivalentes em aparência, mas que, quando representam o espiritual e o temporal, não podem na realidade ser; Por outras palavras, continua a ser um erro tomar a relação das duas potências como uma relação de coordenação, ao passo que é uma relação de subordinação, porque, logo que uma delas se separa, enquanto uma procede directamente do princípio supremo, a outra procede apenas indirectamente; já o explicámos suficientemente no texto anterior para que não haja necessidade de insistir mais.

Dante, no final do seu tratado *De Monarchia*, define claramente as respectivas atribuições do Papa e do Imperador; aqui está esta importante passagem: "A inefável Providência de Deus ofereceu ao homem dois fins: a bem-aventurança desta vida, que consiste no exercício da virtude própria e que é representada pelo Paraíso terrestre; e a bem-aventurança da vida eterna, que consiste em gozar da visão de Deus, à qual a virtude humana não pode ser elevada se não for ajudada pela luz divina, e que é representada pelo Paraíso celeste. A estas duas bem-aventuranças, como a várias conclusões, é necessário chegar por diferentes meios; à primeira, por meio de ensinamentos filosóficos, desde que os sigamos agindo segundo as virtudes morais e intelectuais; à segunda, por ensinamentos espirituais, que vão além da razão humana, desde que os sigamos agindo segundo as virtudes teologais, a Fé, a Esperança e a Caridade. Estas conclusões e meios, ainda que nos sejam ensinados, alguns pela razão humana que nos é inteiramente manifestada pelos filósofos, outros pelo Espírito Santo que nos revelou a verdade sobrenatural, a nós necessária, pelos profetas e escritores sagrados, pelo Filho de Deus, Jesus Cristo, co-eterno do Espírito, e pelos seus discípulos, estas conclusões e meios, a ganância humana os faria abandonar se os homens, como os cavalos errantes na sua bestialidade, não fossem travados no seu caminho. Por isso, o homem precisou de uma dupla direção segundo o seu duplo fim, ou seja, o Sumo Pontífice, que, segundo o Apocalipse, conduziria a humanidade à vida eterna, e o Imperador, que, segundo os ensinamentos filosóficos, conduziria à felicidade temporal. E como ninguém poderia chegar a este porto, ou só conseguiria fazê-lo para poucos e à custa das piores dificuldades, se a raça humana não pudesse descansar livre na tranqüilidade da paz, depois de satisfeitas as ondas da insinuante ganância, é para isso que aquele que governa a terra, o príncipe romano, deve se esforçar sobretudo: que nesta pequena morada dos mortais se viva livremente em paz"[98].

---

[97] Ver artigo de L. Charbonneau-Lassay intitulado *Un ancien emblème du mois de janvier*, publicado na revista *Regnabit* (Março de 1925). - *A* chave e o cetro equivalem aqui ao conjunto mais usual das duas chaves de ouro e prata; estes dois símbolos estão diretamente relacionados com Cristo por esta fórmula litúrgica: "*O Clavis David, e Sceptrum domus Israel...*". (*Breviário Romano*, Gabinete de 20 de Dezembro).

[98] *De Monarchia*, III, 16.

Este texto necessita de uma série de explicações para ser plenamente compreendido, porque não devemos ser enganados por ele: sob uma linguagem que parece puramente teológica, ele contém verdades de uma ordem muito mais profunda, que está em linha com os hábitos de seu autor e as organizações iniciadoras às quais ele estava ligado[99]. Por outro lado, é bastante surpreendente, note-se de passagem, que aquele que escreveu estas linhas poderia às vezes ser apresentado como um inimigo do papado; ele sem dúvida, como dissemos acima, denunciou as inadequações e imperfeições que ele poderia observar no estado do papado naquele tempo, e em particular, como uma de suas consequências, o recurso excessivo a meios estritamente temporais, portanto inadequados para a ação de uma autoridade espiritual; mas ele não sabia como atribuir à própria instituição os defeitos dos homens que a representavam temporariamente, que o individualismo moderno nem sempre sabe como fazer[100].

Se nos referirmos ao que já explicamos, veremos sem dificuldade que a distinção de Dante entre os dois extremos do homem corresponde muito precisamente à dos "pequenos mistérios" e dos "grandes mistérios", e também, consequentemente, à da "iniciação real" e da "iniciação sacerdotal". O Imperador preside aos "pequenos mistérios", que dizem respeito ao "Paraíso terrestre", isto é, à realização da perfeição do estado humano[101]; o Sumo Pontífice preside aos "grandes mistérios", que dizem respeito ao "Paraíso celeste", isto é, à realização dos estados sobre-humanos, assim ligados ao estado humano pela função "pontifícia", entendida no seu sentido estritamente etimológico[102]. O homem, como homem, obviamente só pode alcançar sozinho o primeiro destes dois fins, que pode ser chamado de "natural", enquanto o segundo é propriamente "sobrenatural", pois reside além do mundo manifestado; esta distinção é, portanto, a da ordem "física" e a da ordem "metafísica". Aqui a concordância de todas as tradições, sejam elas orientais ou ocidentais, aparece tão claramente quanto possível: ao definirmos como fizemos as respectivas atribuições dos Kshatriyas e dos Brâhmans, fomos bem fundamentados para não ver nela apenas algo aplicável a uma certa forma de civilização, a da Índia, uma vez que as encontramos, definidas de forma estritamente idêntica, no que era, antes do desvio moderno, a civilização tradicional do mundo ocidental.

Dante, portanto, atribui as funções do Imperador e do Papa para conduzir a

---

[99] Veja em particular, sobre este tema, nosso estudo sobre o *Esoterismo de Dante*, e também o livro de Luigi Valli, *Il Linguaggio segreto di Dante e dei "Fedeli d'Amore";* infelizmente, o autor morreu sem ter sido capaz de realizar sua pesquisa até o fim, e no exato momento em que parecia levá-lo a considerar as coisas num espírito mais próximo do esoterismo tradicional.

[100] Quando falamos de catolicismo, devemos sempre ter o maior cuidado em distinguir entre o que diz respeito ao próprio catolicismo como doutrina e o que se refere apenas ao estado atual da organização da Igreja Católica; o que quer que pensemos sobre esta última questão, o outro não pode ser afetado de forma alguma. O que estamos dizendo aqui sobre o catolicismo, porque este exemplo surge imediatamente em relação a Dante, também poderia ter muitas outras aplicações; mas muito poucos hoje são aqueles que sabem, quando necessário, como se libertar de contingências históricas, a tal ponto que, para continuar a dar o mesmo exemplo, alguns defensores do catolicismo, assim como seus adversários, acreditam que podem reduzir tudo a uma simples questão de "historicidade", que é uma das formas da moderna "superstição do fato".

[101] Esta conquista é, de facto, a restauração do "estado primordial" referido em todas as tradições, como já tivemos a oportunidade de explicar em várias ocasiões.

[102] No simbolismo da cruz, a primeira destas duas realizações é representada pelo desenvolvimento indefinido da linha horizontal, e a segunda pela linha vertical; são, segundo a linguagem do esoterismo islâmico, os dois significados de "magnitude" e "exaltação", cujo pleno desenvolvimento se realiza no "Homem Universal", que é o Cristo místico, o "segundo Adão" de São Paulo.

humanidade respectivamente ao "Paraíso Terrestre" e ao "Paraíso Celestial"; a primeira destas duas funções é realizada "segundo a filosofia", e a segunda "segundo a Revelação"; mas estes termos estão entre aqueles que requerem explicação cuidadosa. Escusado será dizer que "filosofia" não pode ser entendida aqui no seu sentido ordinário e "profano", porque, se fosse assim, seria muito obviamente incapaz de desempenhar o papel que lhe foi atribuído; para compreender o que realmente significa, é necessário restaurar a esta palavra "filosofia" o seu significado primitivo, aquele que tinha para os pitagóricos, que foram os primeiros a usá-la. Esta palavra, que etimologicamente significa "amor à sabedoria", como já dissemos,[103]refere-se, em primeiro lugar, a uma disposição prévia necessária para alcançar a sabedoria, e pode também referir-se, por uma extensão muito natural, à busca que, a partir desta mesma disposição, deve conduzir ao verdadeiro conhecimento; é, portanto, apenas uma etapa preliminar e preparatória, uma viagem rumo à sabedoria, pois o "Paraíso Terrestre" é um passo no caminho para o "Paraíso Celestial". Esta "filosofia", assim entendida, é o que se poderia chamar, se quiseres, "sabedoria humana", porque inclui todo o conhecimento que pode ser alcançado pelas faculdades do indivíduo humano sozinho, faculdades que Dante sintetiza na razão, porque é através da razão que o homem é devidamente definido como tal; mas esta "sabedoria humana", precisamente porque é apenas humana, não é a verdadeira sabedoria, que se identifica com o conhecimento metafísico. Este último é essencialmente supra-racional, portanto também supra-humano; e, assim como, do "Paraíso Terrestre", o caminho do "Paraíso Celestial" deixa a terra para "*sal alle stelle*", como diz Dante, ou seja,[104]para subir aos estados mais elevados, que são as esferas planetárias e estelares na linguagem da astrologia, e as hierarquias angélicas na linguagem da teologia, assim, para o conhecimento de tudo o que vai além do estado humano, as faculdades individuais tornam-se impotentes, e outros meios são necessários: É aqui que entra a "Revelação", que é uma comunicação direta dos estados superiores, uma comunicação que, como dissemos anteriormente, é efetivamente estabelecida pelo "pontificado". A possibilidade desta "Revelação" baseia-se na existência de faculdades transcendentais em relação ao indivíduo: qualquer que seja o nome que lhes dermos, quer falemos por exemplo de "intuição intelectual" ou "inspiração", é sempre a mesma coisa no fundo; o primeiro destes dois termos pode fazer-nos pensar num sentido de estados "angélicos", que são de facto idênticos aos estados supra-individuais do ser, e o segundo irá evocar especialmente esta acção do Espírito Santo a que Dante se refere expressamente[105]; podemos dizer também que o que é "inspiração" interiormente, para quem o recebe diretamente, torna-se "Revelação" externamente, para a comunidade humana à qual se transmite através dela, na medida em que tal transmissão seja possível, isto é, na medida em que seja expressável. Naturalmente, estamos apenas a resumir aqui muito brevemente, e talvez de uma forma um pouco simplificada demais por este facto, um conjunto de considerações que, se quiséssemos desenvolvê-las mais completamente, seriam bastante complexas e afastar-se-iam muito do nosso tema; o que acabámos de dizer é, em todo o caso,

---

[103] *The Modern World Crisis,* pp. 21-22 (2ª edição).

[104] *Purgatorio,* XXXIII, 145; ver *Esoterismo de Dante,* p. 60.

[105] O intelecto puro, que é universal e não individual, e que conecta todos os estados de ser uns com os outros, é o princípio que a doutrina hindu chama *Buddhi,* um nome cuja raiz essencialmente expressa a ideia de "sabedoria".

suficiente para o objectivo que propomos actualmente.

Neste sentido, "Revelação" e "filosofia" correspondem respectivamente às duas partes que, na doutrina hindu, são referidas pelos nomes de *Shruti* e *Smriti*[106]; deve-se notar que, aqui novamente, dizemos que há correspondência, não identidade, a diferença de formas tradicionais que implicam uma diferença real nos pontos de vista nos quais as coisas são consideradas. O *Shruti*, que inclui todos os textos Védicos, é o fruto da inspiração direta, e o *Smriti* é o conjunto de conseqüências e diversas aplicações que são extraídas dele pela reflexão; seu relacionamento é, em alguns aspectos, o de conhecimento intuitivo e conhecimento discursivo; e, na verdade, destes dois modos de conhecimento, o primeiro é sobre-humano, enquanto o segundo é verdadeiramente humano. Assim como o domínio da "Revelação" é atribuído ao Papado e o da "filosofia" ao Império, também o *Shruti* diz respeito mais diretamente aos Brâhmans, de quem o estudo da *Vêda* é a ocupação principal, e o *Smriti*, que inclui o *Dharma-Shâstra* ou "Livro da Lei", [107] portanto a aplicação social da doutrina, diz mais respeito ao Kshatriyas, para quem a maioria dos livros contendo sua expressão são mais especificamente destinados. O *Shruti* é o princípio do qual todo o resto da doutrina deriva, e seu conhecimento, implicando o dos estados superiores, constitui os "grandes mistérios"; o conhecimento do *Smriti*, isto é, das aplicações ao "mundo do homem", pelo qual queremos dizer o estado humano integral, considerado em todas as suas possibilidades, constitui os "pequenos mistérios"[108]. O *Shruti* é a luz direta que, como a inteligência pura, que é aqui ao mesmo tempo pura espiritualidade, corresponde ao sol, e o *Smriti* é a luz refletida, que, como a memória cujo nome ele leva e que é a faculdade "temporal" por definição própria, corresponde à lua[109]; É por isso que a chave dos "grandes mistérios" é o ouro e a chave dos "pequenos mistérios" é a prata, porque o ouro e a prata são, na ordem alquímica, o equivalente exato do que o sol e a lua são na ordem astrológica. Estas duas chaves, que eram as de Jano em Roma antiga, eram um dos atributos do Pontificado Soberano, ao qual estava essencialmente ligada a função de "hierofante" ou "mestre de mistérios"; com o próprio título de *Pontifex Maximus*, permaneceram entre os principais emblemas do Papado, e de facto as palavras evangélicas relativas ao "poder das chaves" não resumem, como acontece também em muitos outros pontos, como confirma plenamente a tradição primordial. Agora podemos compreender, ainda mais completamente do que pelo que tínhamos explicado anteriormente, porque estas duas chaves são ao mesmo tempo as do poder espiritual e do poder temporal; para

---

[106] Ver *L'Homme et son devenir selon le Vêdânta*, ch. Ier.

[107] A este respeito, talvez se possam tirar algumas conclusões do fato de que, na tradição judaica, fonte e ponto de partida de tudo o que se pode chamar "religião" em seu sentido mais preciso, já que o Islã está ligado a ele e ao cristianismo, a designação de *Thorah* ou "Lei" se aplica a todos os livros sagrados: vemos nele, acima de tudo, uma conexão com a conveniência especial da forma religiosa para os povos nos quais a natureza do Kshatriyas predomina, e também com a importância particular que o ponto de vista social assume nesta forma, tendo estas duas considerações relações bastante estreitas entre eles.

[108] Deve-se entender, é claro, que em tudo o que dizemos, é sempre o conhecimento que não é apenas teórico, mas também eficaz, e que, portanto, envolve essencialmente a realização correspondente.

[109] A este respeito, deve-se notar que o "Paraíso Celestial" é essencialmente *Brahma-Loka*, identificado com o "Sol Espiritual" (*o Homem e seu futuro segundo o Vêdânta*, cap. XXI e XXII), e que, por outro lado, o "Paraíso Terrestre" é descrito como afetando a "esfera da Lua" (*O Rei do Mundo*, p. 1). 55): a cúspide do monte Purgatório, no simbolismo da *Divina Comédia*, é o limite do estado individual humano ou terrestre e o ponto de comunicação com os estados supra-individuais celestes.

expressar as relações destes dois poderes, poderíamos dizer que o Papa deve guardar para si a chave de ouro do "Paraíso celeste" e confiar ao Imperador a chave de prata do "Paraíso terrestre"; e vimos anteriormente que, no simbolismo, esta segunda chave foi por vezes substituída pelo ceptro, emblema mais especial da realeza[110].

Há, no anterior, um ponto para o qual devemos chamar a atenção, a fim de evitar a aparência de uma contradição: por um lado, dissemos que o conhecimento metafísico, que é a verdadeira sabedoria, é o princípio do qual qualquer conhecimento anterior deriva por meio da aplicação a ordens contingentes, e, por outro lado, que a "filosofia", no sentido original em que se refere a todo esse conhecimento contingente, deve ser considerada como uma preparação para a sabedoria; como essas duas coisas podem ser conciliadas? Já explicámos noutro ponto sobre esta questão, relativamente ao duplo papel das "ciências tradicionais"111: há dois pontos de vista, um de cima para baixo e outro de baixo para cima, o primeiro dos quais corresponde a um desenvolvimento do conhecimento de princípios para aplicações cada vez mais distantes deles, e o segundo a uma aquisição gradual desse mesmo conhecimento de baixo para cima, ou, se quiserem, de fora para dentro. Este segundo ponto de vista corresponde, portanto, ao modo como os homens podem ser conduzidos ao conhecimento, de modo gradual e proporcional às suas capacidades intelectuais; e assim são conduzidos primeiro ao "Paraíso Terrestre" e depois ao "Paraíso Celestial"; mas esta ordem de ensino ou de comunicação da "ciência sagrada" é o oposto da sua ordem hierárquica de constituição. De fato, qualquer conhecimento que realmente tenha o caráter de "ciência sagrada", de qualquer tipo, só pode ser validamente constituído por aqueles que, acima de tudo, possuem plenamente o conhecimento principal, e que, portanto, são os únicos qualificados para fazer, de acordo com a mais rigorosa ortodoxia tradicional, todas as adaptações exigidas pelas circunstâncias de tempo e lugar; É por isso que estas adaptações, quando feitas regularmente, são necessariamente obra do sacerdócio, ao qual por definição pertence o conhecimento principal; e é por isso que só o sacerdócio pode legitimamente conferir " a iniciação real ", comunicando o conhecimento que o constitui. Vemos também que as duas chaves, consideradas como sendo as do conhecimento na ordem "metafísica" e "física", pertencem realmente à autoridade sacerdotal, e que só por delegação, se assim podemos dizer, é que a segunda é confiada aos detentores do poder real. De fato, quando o conhecimento "físico" é separado de seu princípio transcendente, perde sua principal razão de ser e logo se torna heterodoxo; é então que as doutrinas "naturalistas" aparecem, como já explicamos, como resultado da adulteração das "ciências tradicionais" pelo revoltado Kshatriyas; é já um caminho para a "ciência profana", que será a obra própria das castas inferiores e o sinal da sua dominação na ordem intelectual, se, porém, em tal caso, ainda podemos falar de intelectualidade. Aqui, como na ordem política, a revolta dos Kshatriyas abre assim o caminho para a dos Vaishyas e dos Shudras; e assim, de etapa em etapa, atingimos o nível mais baixo do utilitarismo, a negação de qualquer conhecimento desinteressado, mesmo de uma

---

[110] O cetro, como a chave, tem relações simbólicas com o "eixo do mundo"; mas este é um ponto que só podemos apontar aqui de passagem, reservando o direito de desenvolvê-lo como apropriado em outros estudos.

[111] *The Modern World Crisis*, pp. 63-65 (2ª edição).

posição inferior, e de qualquer realidade além do domínio sensível; Isto é exatamente o que podemos ver em nosso tempo, quando o mundo ocidental quase atingiu o último grau desta descida que, como a queda de corpos pesados, está constantemente se acelerando.

Há ainda um ponto no texto de *De Monarchia que* não esclarecemos, e que não é menos digno de nota do que tudo o que explicamos até agora: é a alusão à navegação na última frase, seguindo um simbolismo que Dante usa muito frequentemente[112]. Entre os emblemas que outrora foram os de Jano, o papado conservou não só as chaves, mas também o barco, que foi atribuído de forma semelhante a São Pedro e se tornou a figura da Igreja[113]: seu caráter "romano" exigia esta transmissão de símbolos, sem a qual teria representado apenas um simples fato geográfico sem real significado[114]. Ao contrário, vemos nela, pelo contrário, uma prova desta regularidade tradicional sem a qual nenhuma doutrina pode ser válida, e que vai de um momento para o outro à grande tradição primordial; e estamos certos de que nenhum dos que compreendem o significado profundo destes símbolos nos pode contradizer. A figura da navegação era muito utilizada na antiguidade greco-latina: exemplos incluem a expedição dos Argonautas para conquistar o "Velo de Ouro".[115]As viagens de Ulisses; também pode ser encontrada em Virgílio e Ovídio. Também na Índia esta imagem é por vezes encontrada, e já tivemos a oportunidade de citar noutro lugar uma frase que contém expressões estranhamente semelhantes às de Dante: "O iogue, disse Shankarâchârya, tendo atravessado o mar de paixões, está unido com tranquilidade e possui o "Self" em plenitude"[116]. O "mar das paixões" é obviamente o mesmo que as "ondas da ganância", e em ambos os textos se levanta a mesma questão da "tranqüilidade": o que a navegação simbólica representa é, de fato, a conquista da "grande paz"[117]. Neste último caso, identifica-se com a "luz da glória" e a "visão beatífica"; no outro, é a própria "paz", num sentido mais restrito, mas ainda muito diferente do sentido "profano"; e vale a pena notar também que Dante aplica a mesma palavra de "bem-aventurança" aos dois extremos do homem. O barco de São Pedro deve conduzir os homens ao "céu celestial"; mas se o papel do "príncipe romano", isto é, do Imperador, é levá-los ao "céu terrestre", isto é também uma navegação, e é[118]por isso que a "Terra Santa" das várias tradições, que não é outra coisa senão este "céu terrestre", é frequentemente representada por uma ilha: a meta atribuída por Dante a "aquele que governa a terra" é a realização da "paz"; o porto ao qual ele deve conduzir a raça humana é a "ilha sagrada" que permanece imutável no meio da agitação incessante das ondas, e

---

[112] Ver sobre este assunto Arturo Reghini, *L'Allegoria esoterica di Dante*, em *Il Nuovo Patto*, Setembro-Novembro de 1921, pp. 546-548.

[113] O barco simbólico de Janus era um barco que podia ir em ambos os sentidos, para a frente ou para trás, o que corresponde às duas faces de Janus.

[114] Deve-se notar, além disso, que se há palavras e fatos no Evangelho que tornam possível atribuir as chaves e o barco diretamente a São Pedro, é porque o Papado, desde sua origem, foi predestinado a ser "romano", por causa da situação de Roma como capital do Ocidente.

[115] Dante se refere a ela precisamente em uma das passagens mais características da *Divina Comédia a respeito do* uso deste simbolismo (*Paradiso*, II, 1-18); e não é sem razão que ele recorda esta alusão no último canto do poema (*Paradiso*, XXXIII, 96); o significado hermético do "Velo de Ouro" era bem conhecido na Idade Média.

[116] *Atmâ-Bodha;* ver *L'Homme et son devenir selon le Vêdânta*, cap. XXIII, e *Le Roi du Monde*, p. 121.

[117] É esta mesma conquista que às vezes também é representada como uma guerra; mencionamos acima o uso deste simbolismo no *Bhagavad-Gitâ, assim como* entre os muçulmanos, e podemos acrescentar que há também um simbolismo do mesmo tipo nos romances de cavalaria medievais.

[118] Refere-se ao simbolismo dos dois oceanos, o das "águas superiores" e o das "águas inferiores", que é comum a todas as doutrinas tradicionais.

que é a "Montanha da Salvação", o "Santuário da Paz"[119].

Vamos parar aqui a explicação deste simbolismo, cuja compreensão, depois destes esclarecimentos, não deve mais fazer a menor dificuldade, pelo menos na medida em que seja necessária para a compreensão dos respectivos papéis do Império e do Papado; além disso, dificilmente poderíamos dizer mais sobre isso sem entrar em uma área que não queremos abordar neste momento[120]. Esta passagem de *De Monarchia é, tanto quanto* sabemos, o relato mais claro e completo, na sua natureza concisa e voluntária, da constituição do "cristianismo" e da forma como as relações entre os dois poderes devem ser consideradas. O estranho é que, no preciso momento em que Dante o formulou desta maneira, os acontecimentos que ocorreram na Europa foram precisamente tais que deveriam impedir a sua realização para sempre. Todo o trabalho de Dante é, em alguns aspectos, como a vontade do final da Idade Média; mostra como teria sido o mundo ocidental se não tivesse rompido com a sua tradição; mas se o desvio moderno poderia ocorrer, é porque, realmente, este mundo não tinha tais possibilidades nele, ou pelo menos eram apenas a prerrogativa de uma elite já muito limitada, que sem dúvida os realizou por sua própria conta, mas sem que nada pudesse passar dele fora e ser refletido na organização social. Chegou, portanto, aquele momento da história em que devia começar o período mais negro da "idade das trevas", caracterizado, em todas as ordens, pelo desenvolvimento das possibilidades mais baixas; e esse desenvolvimento, indo sempre mais longe na direção da mudança e da multiplicidade, era inevitavelmente levar ao que estamos vendo hoje: do ponto de vista social como de qualquer outro ponto de vista, a instabilidade está de alguma forma no seu máximo, a desordem e a confusão estão em todo o lado; a humanidade nunca esteve certamente mais longe do "Paraíso Terrestre" e da espiritualidade primordial. Deve-se concluir que esta distância é definitiva, que nenhum poder temporal estável e legítimo voltará a governar a terra, que toda a autoridade espiritual desaparecerá deste mundo e que as trevas, estendendo-se do Ocidente para o Oriente, esconderão para sempre a luz da verdade dos homens? Se fosse essa a nossa conclusão, não teríamos certamente escrito estas páginas, nem teríamos escrito nenhum dos nossos outros livros, porque isso seria uma punição muito desnecessária neste caso; resta saber por que razão não pensamos que assim seja.

---

[119] Dissemos em outro lugar que a "paz" é um dos atributos fundamentais do "Rei do Mundo", do qual o Imperador reflete um aspecto; um segundo aspecto tem sua correspondência no Papa, mas há um terceiro, o princípio dos outros dois, que não tem representação visível nesta organização do "cristianismo" (ver, sobre estes três aspectos, *O Rei do Mundo*, p. 44). Com todas as considerações que acabamos de delinear, é fácil compreender que Roma é, para o Ocidente, uma imagem do verdadeiro "centro do mundo", do misterioso *Salem* de Melquisedeque.

[120] Este é o domínio do esoterismo católico da Idade Média, considerado mais especialmente em sua relação com o hermetismo; sem este conhecimento, os poderes do Papa e do Imperador, como acabam de ser definidos, não seriam plenamente realizados, e é precisamente este conhecimento que parece mais completamente perdido para o povo moderno. Deixamos de lado alguns pontos secundários, porque não importavam para o propósito deste estudo: assim, a alusão de Dante às três virtudes teológicas, Fé, Esperança e Caridade, deve ser comparada ao papel que ele lhes atribui na *Divina Comédia* (ver *L'Ésotérisme de Dante*, p. 31) Por outro lado, poderia ser feita uma comparação entre os papéis respectivos dos três guias de Dante, Virgílio, Beatriz e São Bernardo, e os do poder temporal, autoridade espiritual e seu princípio comum; no que se refere a São Bernardo, isto deve ser comparado com o que indicamos anteriormente.

CAPÍTULO IX

A lei imutável

Os ensinamentos de todas as doutrinas tradicionais são, como vimos, unânimes em afirmar a supremacia do espiritual sobre o temporal e em considerar como normal e legítima apenas uma organização social em que essa supremacia é reconhecida e refletida nas relações dos dois poderes correspondentes a esses dois domínios. Por outro lado, a história mostra claramente que a falta de conhecimento desta ordem hierárquica tem as mesmas consequências em toda a parte e sempre: desequilíbrio social, confusão de funções, dominação de elementos cada vez mais inferiores e também degeneração intelectual, esquecendo primeiro os princípios transcendentes, depois, de queda em queda, chega-se à negação do verdadeiro conhecimento. Note-se também que a doutrina, que torna possível prever que as coisas devem inevitavelmente acontecer desta maneira, não requer tal confirmação a *posteriori*; mas, se acreditamos que devemos insistir nela, é porque, como nossos contemporâneos são particularmente sensíveis aos fatos por causa de suas tendências e hábitos mentais, há razão para encorajá-los a pensar seriamente, e talvez seja mesmo por isso que eles podem ser levados a reconhecer a verdade da doutrina. Se esta verdade fosse reconhecida, ainda que apenas por um pequeno número, seria um resultado de considerável importância, porque só desta forma pode começar uma mudança de direção que leve a uma restauração da ordem normal; e esta restauração, quaisquer que sejam os meios e modalidades, necessariamente ocorrerá mais cedo ou mais tarde; é sobre este último ponto que ainda precisamos dar algumas explicações.

O poder temporal, dissemos nós, diz respeito ao mundo da acção e da mudança; no entanto, a mudança, não tendo em si mesma a sua razão suficiente[121], deve receber de um princípio superior a sua lei, pela qual só ela se integra na ordem universal; se, pelo contrário, pretende ser independente de qualquer princípio superior, já não é, pela mesma razão, uma desordem pura e simples. A desordem é, em essência, o mesmo que o desequilíbrio, e no domínio humano manifesta-se no que se chama injustiça, porque há identidade entre as noções de justiça, ordem, equilíbrio, harmonia, ou, mais precisamente, são apenas aspectos diversos de uma mesma coisa,

[121] Esta é, correctamente, a própria definição de contingência.

considerados de maneiras diferentes e múltiplas, dependendo dos campos a que se aplica[122]. Agora, de acordo com a doutrina do Extremo Oriente, a justiça é composta pela soma de todas as injustiças, e em ordem total, qualquer desordem é compensada por outra desordem; é por isso que a revolução que derruba a realeza é tanto a consequência lógica como a punição, ou seja, a compensação, da revolta anterior dessa mesma realeza contra a autoridade espiritual. A lei é negada assim que o próprio princípio de que emana é negado; mas os seus negativos não poderiam realmente suprimi-la, e ela se volta contra eles; é assim que a desordem deve finalmente retornar à ordem, à qual nada pode ser oposto, exceto na aparência apenas e de uma maneira muito ilusória.

Não há dúvida de que a revolução, substituindo o poder do Kshatriyas pelo das castas inferiores, é apenas um agravamento da desordem e, certamente, isto é verdade se considerarmos apenas os seus resultados imediatos; mas é precisamente este agravamento que impede a desordem de se perpetuar indefinidamente. Se o poder temporal não perdesse sua estabilidade pelo fato mesmo de que ignorava sua subordinação à autoridade espiritual, não haveria razão para que a desordem cessasse, uma vez que tivesse entrado na organização social; mas falar da estabilidade da desordem é uma contradição em termos, já que não é outra coisa senão uma mudança reduzida a si mesma, se é que podemos dizer: significaria, em suma, querer encontrar imobilidade no movimento. Cada vez que a desordem aumenta, o movimento acelera, porque se dá mais um passo na direção da mudança pura e da "instantaneidade"; por isso, como dissemos acima, quanto mais inferiores são os elementos sociais que prevalecem, menos durável é sua dominação. Como tudo o que só tem uma existência negativa, a desordem se destrói; é no seu próprio excesso que se encontra o remédio para os casos mais desesperados, porque a velocidade crescente da mudança terá necessariamente um fim; e, hoje, muitos não começam a sentir-se mais ou menos confusos que as coisas não podem continuar assim indefinidamente? Mesmo que, neste ponto do mundo, a recuperação já não seja possível sem um desastre, será esta razão suficiente para não a considerarmos apesar de tudo, e, se nos recusássemos, não seria esta também uma forma de esquecer princípios imutáveis, que estão para além de todas as vicissitudes do "temporal", e que, consequentemente, nenhum desastre pode afectar? Dissemos anteriormente que a humanidade nunca esteve tão distante do "Paraíso Terrestre" como agora; mas não devemos esquecer, entretanto, que o fim de um ciclo coincide com o começo de outro; que nos referimos, além disso, ao *Apocalipse, e* veremos que é no limite extremo da desordem, indo até a aparente aniquilação do "mundo exterior", que deve ocorrer o advento da "Jerusalém celeste", que será, para um novo período da história da humanidade, a analogia do que foi o "Paraíso Terrestre" para o que vai terminar neste preciso momento[123]. A identidade dos personagens da era moderna com aqueles indicados pelas doutrinas tradicionais

[122] Todos esses significados, e também o de "lei", são entendidos no que a doutrina hinduísta se refere pela palavra *dharma;* o desempenho por cada ser da função que é apropriada à sua própria natureza, na qual se baseia a distinção de castas, é chamado *swadharma,* e uma conexão poderia ser feita com o que Dante, no texto que citamos e comentamos no capítulo anterior, se refere ao "exercício da virtude própria". - A este respeito, referir-nos-emos também ao que já dissemos noutras ocasiões sobre a "justiça" como um dos atributos fundamentais do "Rei do Mundo" e da sua relação com a "paz".
[123] Sobre os relatos do "Paraíso Terrestre" e da "Jerusalém Celestial", ver *Esoterismo de Dante*, pp. 91-93.

para a fase final do *Kali-Yuga sugere*, sem muita improbabilidade, que esta eventualidade pode não ser muito distante; e isto seria certamente, após a presente obscurecimento, o triunfo completo do espiritual[124].

Se essas previsões parecem demasiado arriscadas, como podem parecer àqueles que não dispõem de dados tradicionais suficientes para as suportar, podemos, pelo menos, recordar os exemplos do passado, que mostram claramente que tudo o que se baseia exclusivamente no contingente e na transição passa inevitavelmente, essa desordem é sempre apagada e a ordem é finalmente restabelecida, de modo que, mesmo que por vezes a desordem pareça triunfar, esse triunfo só pode ser temporário, e tanto mais que a desordem foi maior. Será provavelmente o mesmo, mais cedo ou mais tarde, e talvez mais cedo do que se possa pensar, no mundo ocidental, onde a desordem em todas as áreas está agora a ser levada mais longe do que nunca; também aqui é necessário esperar pelo fim; e mesmo que, como há algumas razões para temer, esta desordem se estendesse por um tempo a todo o mundo, isso não seria mudar nossas conclusões, pois só confirmaria as previsões que estávamos indicando mais cedo sobre o fim de um ciclo histórico, e a restauração da ordem só teria que ocorrer, neste caso, em uma escala muito mais ampla do que em todos os exemplos conhecidos, mas também seria incomparavelmente mais profunda e mais integral, uma vez que chegaria ao ponto de retornar ao "estado primordial" do qual todas as tradições falam[125].

Além disso, quando nos colocamos, como o fazemos, do ponto de vista das realidades espirituais, podemos esperar sem distúrbios e pelo tempo que for necessário, porque este é, como dissemos, o domínio do imutável e do eterno; a pressa febril que é tão característica do nosso tempo prova que, no fundo, nossos contemporâneos sempre se apegam ao ponto de vista temporal, mesmo quando acreditam tê-lo superado, e que, apesar das afirmações de alguns a esse respeito, mal sabem o que é espiritualidade pura. Além disso, entre aqueles que tentam reagir contra o "materialismo" moderno, quantos deles são capazes de conceber esta espiritualidade fora de qualquer forma especial, e mais particularmente de uma forma religiosa, e de identificar os princípios de qualquer aplicação a circunstâncias contingentes? Entre os que se apresentam como defensores da autoridade espiritual, quantos suspeitam do que pode ser essa pura autoridade, como dissemos acima, que realmente realizam suas funções essenciais, e que não se detêm nas aparências externas, reduzindo tudo a simples questões de ritos, cujas razões profundas permanecem totalmente incompreendidas, e mesmo de "jurisprudência", que é uma coisa muito temporal? Entre aqueles que gostariam de tentar uma restauração da intelectualidade, quantos não a menosprezam ao nível de uma simples "filosofia", entendida desta vez no sentido habitual e "profano" da palavra, e que compreendem que, na sua essência e na sua realidade profunda, a intelectualidade e a espiritualidade são absolutamente uma e a mesma coisa sob dois nomes diferentes? Entre aqueles

---

[124] Ele também, de acordo com certas tradições do esoterismo ocidental, estaria ligado à corrente à qual Dante pertencia, a verdadeira realização do "Santo Império"; e, de fato, a humanidade teria então encontrado o "Paraíso Terrestre", que, além disso, implicaria a reunião dos dois poderes espirituais e temporais em seu princípio, este sendo novamente visivelmente manifestado como estava na origem.

[125] Deve-se entender que a restauração do "estado primordial" é sempre possível para alguns homens, mas eles são então apenas casos excepcionais; esta é a restauração prevista para a humanidade como um todo e coletivamente.

que, no entanto, conservaram algo do espírito tradicional, e só falamos deles porque são os únicos cujo pensamento pode ter algum valor para nós, quantos deles consideram a verdade por si mesma, de maneira completamente desinteressada, independente de qualquer preocupação sentimental, de qualquer paixão por uma festa ou escola, de qualquer preocupação de dominação ou proselitismo? Entre aqueles que, para escapar ao caos social em que o mundo ocidental se debate, compreendem que é necessário, antes de mais, denunciar a vaidade das ilusões "democráticas" e "igualitárias", quantos têm a noção de uma verdadeira hierarquia, baseada essencialmente nas diferenças inerentes à própria natureza do ser humano e nos graus de conhecimento que este efectivamente alcançou? Entre aqueles que se declaram opositores do "individualismo", quantos deles estão conscientes de uma realidade transcendente em relação aos indivíduos? Se fazemos aqui todas estas perguntas, é porque elas permitirão que aqueles que desejam pensar nelas encontrem uma explicação para a inutilidade de certos esforços, apesar das excelentes intenções de quem os empreende, e também para toda a confusão e mal-entendidos que surgem nas discussões a que aludimos nas primeiras páginas deste livro.

No entanto, enquanto houver uma autoridade espiritual regularmente constituída, ainda que desconhecida para quase todos e mesmo para os seus próprios representantes, ainda que reduzida a ser apenas uma sombra de si mesma, essa autoridade terá sempre a melhor parte, e essa parte não pode ser tirada dela[126], porque há nela algo mais elevado do que possibilidades puramente humanas, porque, mesmo quando enfraquecida ou adormecida, ela ainda encarna "a única coisa necessária", a única coisa que não passa. *"Patiens quia oterna*", às vezes se diz de autoridade espiritual, e com muita razão, não, é claro, que qualquer das formas externas que possa assumir seja eterna, porque qualquer forma é apenas contingente e transitória, mas porque, em si mesma, em sua verdadeira essência, participa da eternidade e da imutabilidade dos princípios; e é por isso que, em todos os conflitos que trazem o poder temporal em conflito com a autoridade espiritual, podemos estar certos de que, quaisquer que sejam as aparências, é sempre esta última que terá a última palavra.

[126] Pensamos aqui na conhecida narrativa evangélica, na qual Maria e Marta podem ser consideradas como simbolizando o espiritual e o temporal, respectivamente, pois correspondem à vida contemplativa e ativa. - Segundo Santo Agostinho (*Contra Faustum*, XX, 52-58), o mesmo simbolismo pode ser encontrado nas duas esposas de Jacó: Lia (*laborans*) representa a vida ativa, e Rachel (*visum principium*) a vida contemplativa. Além disso, na "Justiça" se resumem todas as virtudes da vida ativa, enquanto na "Paz" se realiza a perfeição da vida contemplativa; e aqui se encontram os dois atributos fundamentais de Melchissédec, isto é, o princípio comum dos dois poderes espirituais e temporais, que governam respectivamente o campo da vida ativa e o da vida contemplativa. Por outro lado, também para Santo Agostinho (*Sermo XLIII de Verbis Isaiæ*, c. 2), a razão está no topo da parte inferior da alma (sentido, memória e cogitativo), e o intelecto no topo da sua parte superior (que conhece as idéias eternas que são as razões imutáveis das coisas); à primeira pertence a ciência (das coisas terrenas e transitórias), à segunda sabedoria (conhecimento do absoluto e do imutável); a primeira refere-se à vida ativa, a segunda à vida contemplativa. Esta distinção é equivalente à das faculdades individuais e supra-individuais e às duas ordens de conhecimento que lhes correspondem respectivamente; e este texto de São Tomás de Aquino ainda pode ser comparado a ele: "Dicendum quod sicut *rationabiliter* procedere attribuitur *naturali philosophiæ*, quia in ipsa observatur maxime modus rationis, ita *intelectualiter* procedere attribuitur *divinæ scientiæ*, eo quod in ipsa observatur maxime modus intellectus" (*In Boetium de Trinitate*, q. 6, art. 1º, ad 3). Já vimos anteriormente que, segundo Dante, o poder temporal é exercido segundo a "filosofia" ou "ciência" racional, e o poder espiritual segundo a "Revelação" ou "Sabedoria" supra-racional, que corresponde muito precisamente a esta distinção entre as partes inferior e superior da alma.

ÍNDICE DE CONTEÚDO